



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS
CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA


ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 1º PERÍODO DA 19ª LEGISLATURA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS-PB, PARA DISCUTIR POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE TERREIRO E MATRIZ
AFRICANA, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2025.

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano dois mil e vinte e cinco, com início às dezenove horas, em sua sede, localizada na Rua Horácio Nóbrega, nº 600, no Bairro Belo Horizonte, nesta cidade, reuniu-se a Câmara Municipal de Patos, sob a presidência da Vereadora Valtide Paulino Santos, secretariada pelos Vereadores: José Ítalo Gomes Cândido, 1º Secretário “ad hoc”, e Maikon Roberto Minervino, 2º Secretário “Ad hoc”. Compareceram a esta sessão os Vereadores e Vereadoras: Brenna Victória Leonardo Ferreira Nóbrega (PSB), José Italo Gomes Cândido (REPUBLICANOS), Maikon Roberto Minervino (PP) e Valtide Paulino Santos (REPUBLICANOS), em um total de 04 (quatro) Vereadores. A pedido da Senhora Presidente, os Vereadores Ítalo Gomes e Maikon Minervino receberam os convidados: Sarita Moreira de Campos, Vereadora da cidade de Pedro Régis; José Tiago Padilha, Presidente da CECAB/PB; Samara Oliveira, Presidente da CMDM; Perla de Sousa Alves, Gerente da Sexta Regional; Elton John Medeiros, Gerente Geral de Políticas Públicas; Sávio Salvador, representando o Prefeito Nabor Wanderley; Jéssica Alexandre, Secretária da Mulher; Capitã Gabriela, Comandante da Patrulha Maria da Penha; Professora Ana Célia, representando a UFCG; Mãe Adriana, representando todas as mães; Pai Luizinho; Josa, representando a Diocese. Em seguida, a Senhora Presidente registrou as seguintes presenças: Professor Luciano, da UFCG, e de Míriam, da Secretaria de Saúde; Pai Erinaldo, Pai Elton, Pai Ronaldo, Pai Matheus, Pai Paulo, Pai Henrique, Mãe Benélia, Mãe Bel, Mãe Berlânia, Mãe Glória e do Juremeiro Agrício. O Vereador Ítalo Gomes registrou as presenças da presença da Presidente da Associação de Quadrilhas Juninas da Cidade de Patos, a Senhora Lana Escarião e do senhor Damião e sua esposa Suely; a Vereadora Brenna Nóbrega registrou a presença de Willami, ex-candidato a vereador nesse pleito, representante da classe LGBT, e dos senhores Alef Raife e Henrique Gustavo; o Vereador Maikon Minervino registrou as presenças de doutor Felipe Marques, Jorge e Willames, seus companheiros de partido, como também ao senhor Irenaldo e os demais presentes. A Senhora Presidente ainda registrou as presenças de: Antônio Marques, do Centro de Igualdade Racial da Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana, e convida-o para fazer parte dos trabalhos, como também convida o senhor Willami, representando a comunidade LGBTQIA+, e o Senhor Felipe, representando a OAB, para fazer parte dos trabalhos. A Senhora Presidente declarou aberta a Sessão: “Havendo número regimental, invocando a proteção de DEUS e de Nossa Senhora da Guia, Padroeira de nossa cidade, em nome do povo patoense, declaro iniciados os nossos trabalhos”, em seguida passou a palavra ao 1º Secretário “Ad hoc”, o qual, após os cumprimentos de praxe fez a seguinte leitura: “CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS. CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA. GABINETE DA VEREADORA BRENN VICTÓRIA - PSB. REQUERIMENTO Nº 317/2025 – SOLICITO UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA A PRESIDENTE TIDE

EDUARDO, PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE INCENTIVO AO POVO DE RELIGIÃO MATRIZ AFRICANA “POVOS DE TERREIROS”. Senhora presidente, na forma regimental, após consultado o plenário desta Casa de trabalhos legislativos, peço a Vossa Excelência uma audiência pública para discutir a política de incentivo ao povo de religião matriz africana. Justificativa: as políticas de incentivo às comunidades de religiões de matriz africana são fundamentais para promover à inclusão, o respeito à diversidade religiosa e a valorização cultural. Essas políticas podem ser implementadas em diversas áreas, como cultura, educação, direitos humanos e combate à intolerância religiosa. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Patos-PB (Casa Juvenal Lúcio de Sousa). Patos, 20 de fevereiro de 2025. Brenna Victória Leonardo Ferreira Nóbrega – Vereadora.” Requerimento subscrito pelo Vereador José Ítalo Gomes Cândido. Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da tribuna a Vereadora **Brenna Victória Leonardo Ferreira Nóbrega**: “Boa noite a todos e a todas, senhora Presidente, nobres vereadores e vereadoras. Inicialmente, eu quero pedir um alojamento para todos os vereadores que vieram aqui prestigiar esta Audiência Pública. Hoje quero destacar a importância desta Audiência Pública para tratar sobre as religiões de matriz africana. Este momento representa um marco fundamental no reconhecimento e no respeito a diversidade religiosa de nossa cidade e de nosso país. As religiões de matriz africana, como candomblé e a umbanda, fazem parte da identidade cultural e espiritual do povo brasileiro, elas carregam em si a resistência de um povo que, mesmo diante da escravidão, do preconceito e da perseguição histórica, conseguiu manter viva sua fé, seus ritos e seus valores. É uma tradição que fala de ancestralidade, coletividade, respeito a natureza e fortalecimento da comunidade, no entanto, ainda hoje os adeptos dessas religiões enfrentam discriminação, intolerância e até violência; terreiros são invadidos, símbolos sagrados são vilipendiados e muitas pessoas têm medo de expressar sua fé livremente. Isso é inaceitável em um estado laico, onde a liberdade religiosa é um direito garantido pela Constituição. É por isso que essa Audiência Pública é tão importante, aqui damos voz a essas comunidades, promovemos o diálogo e buscamos construir políticas públicas que garantam proteção, respeito e reconhecimento. Não se trata apenas de religião, mas de direitos humanos, de democracia e de justiça social. Espero que este debate não fique apenas nas palavras, mas que gere ações concretas para combater o racismo religioso, promover a educação sobre essas tradições e garantir que todos possam professar sua fé sem medo, que este seja um passo importante na construção de uma cidade mais justa, inclusiva e respeitosa com sua diversidade. Quero também, aqui, comunicar aos que não estiveram presentes na última sessão, mas esta Casa, em segunda votação, o Projeto de Lei nº 036/2025, de autoria da Vereadora Brenna Nóbrega, que institui o Dia Municipal do Juremeiro e das Religiões Afro Ameríndias; a celebração ocorrerá, anualmente, em cinco de junho. A criação desta data tem como objetivo reconhecer e valorizar as práticas culturais e religiosas afro ameríndias presentes no município de Patos. Este Projeto de Lei não é apenas uma formalidade, Secretária Jéssica, mas um reconhecimento necessário da cultura, da espiritualidade e da identidade de um povo que, há séculos, mantém viva a tradição da jurema sagrada, nobre Samara. A jurema, presente na história do nosso Nordeste, é mais do que uma planta ou um rito, ela representa um sistema de conhecimento, uma prática espiritual e um laço de identidade cultural para milhares de pessoas, especialmente para povos indígenas, comunidades afrodescendentes e aqueles que seguem tradições de matriz ancestral. O juremeiro e a juremeira são guardiões desse saber, preservando a conexão com nossas raízes e transmitindo respeito, cura e acolhimento àqueles que buscam sua sabedoria. Infelizmente, Pai Luizinho, por muito

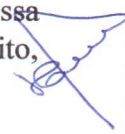
tempo práticas espirituais, como a jurema, foram marginalizadas, alvo de preconceitos e intolerância, meu caro Tiago. Criar o Dia Municipal do Juremeiro é uma forma de reparar essa injustiça histórica, reconhecendo que a diversidade religiosa é um direito garantido pela Constituição, e que todas as tradições têm seu lugar na sociedade, Secretário Sávio. Ao instituímos essa data, nós estamos valorizando a cultura popular, Professora Ana Célia, protegendo um patrimônio imaterial e reforçando que em Patos há espaço para todos os credos e expressões de fé. Que este seja um gesto de respeito e inclusão, fortalecendo o diálogo e a harmonia entre as diferentes tradições que compõe o nosso povo, estimada Perla. A Casa do povo fez jus ao seu nome, e reconheceu a importância do juremeiro na história e na espiritualidade do nosso povo. Meu muito obrigada”.

Atendendo convite da Senhora Presidente fez uso da tribuna o senhor **Tiago Padilha**: “Boa noite a todos e a todas. Quero primeiramente agradecer aos vereadores que se disponibilizaram de estar aqui conosco: ao Vereador Ítalo, a Presidente Tide, a Vereadora Brenna Nóbrega e ao Vereador Maikon Minervino. Quero uma salva de palmas do povo de terreiro pra eles. A intolerância religiosa não é característica do povo brasileiro, não pode passar a ser e nem nunca será aqui entre nós. Entre nós há católicos, evangélicos, judeus, pessoas que professam as religiões de matriz africana e, acredito eu, que todos tem o seu lugar e todos são tratados e merecem ser tratados com respeito e merecem respeito e consideração. Portanto, senhora Presidente, espero que esta Casa possa rejeitar todo tipo de animosidade de natureza religiosa. O dia vinte e um de janeiro foi instituído no Brasil como o dia do combate a intolerância religiosa, devido a morte de Mãe Gilda de Ogum, vítima de violência. Devido a violência, eu pergunto a senhora presidente, quantas Mães Gildas precisará morrer para que possamos garantir nossos poucos direitos? Eu vejo aqui, não aqui na Casa, mas em diversos lugares dos órgãos públicos, pessoas dizendo: ‘são pessoas boas, são pessoas dignas, honradas’, mas, muitas das vezes, não passam de falsos profetas. E Deus deve estar envergonhado com tanta malvadeza, tanta crueldade sendo proferida em seu nome. Estamos aqui, senhora Presidente, pra alertar que não existe uma guerra entre cristão e entre a igreja, ou uma tentativa de combater o Evangelho, não existe o ódio a ninguém, estamos aqui é tentando fazer, com muito sacrifício e muita dificuldade, é defender os pouquíssimos direitos que temos a construir. Precisamos, senhora Presidente, construir pontes para o futuro, deixar a religiosidade de lado, e enxergar o verdadeiro Cristo, o verdadeiro amor do Evangelho. Eu digo: a essência de Jesus Cristo era o amor aos pobres, aos excluídos, aos órfãos e viúvas. Então, senhores e senhoras vereadores (as), que possamos sair daqui na certeza que esta Casa Legislativa tem um papel de cuidar das pessoas, da vida do povo patoense e do bem-estar dos munícipes. Aqui não é igreja, e nem pode ser, aqui é a Casa do povo e para o povo. Meu muito obrigado a todos! Axé, pra quem é de axé, amém, pra quem é de amém, e paz do Senhor, pra quem é de paz do Senhor”. Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da tribuna o Senhor **Antônio Marques**: “Boa noite a todas as pessoas presentes. Gostaria de iniciar minha fala, saudando todos os vereadores aqui presentes. Destaco, porque é importantíssima essa atuação. Parabenizar, em nome da Secretária Lídia Moura, que é da Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana, meu local de fala, enquanto também atuante na questão de igualdade racial e combate ao racismo e combate a intolerância religiosa ou racismo religioso. É importante que os poderes públicos se comprometam com essa pauta, muitas vezes invisibilizada, pelo que a gente chama de racismo estrutural. E o Legislativo representa a vontade do povo, então, nada mais justo de que esse povo seja representado em sua totalidade. Quando a gente fala em religiões de matriz africana, quando a gente fala em jurema, em candomblé, a gente está falando




em algo intimamente brasileiro, algo que faz parte da nossa história, que faz parte da nossa cultura. O nosso país foi construído a partir dessa ótica, dessa lógica, e por razões de preconceito, por razões de racismo, infelizmente essa cultura, que é uma religião, mas que também é sua expressão cultural, e deve ser entendida dessa forma o seu valor cultural, o seu valor enquanto saber, enquanto produção científica também. Eu queria trazer aqui, destacar alguns marcos legais. Eu estou aqui representando também, na minha função de Coordenador do Centro Estadual de Referência da Igualdade Racial João Balola, que é um equipamento que acolhe as pessoas vítimas de racismo, intolerância religiosa e xenofobia, um equipamento que é do governo do Estado. O Estado da Paraíba promulgou uma lei, que a gente chama de Planepir, na verdade, a gente tem um plano que virou lei, uma lei decenal, que trata da questão de promoção de igualdade racial em diversos âmbitos, e pactua com mais de trinta entidades governamentais, no sentido dessa promoção. E dentro dessa lei, a gente tem uma chamada prioridade para os povos e comunidades tradicionais. E aqui eu destaco as comunidades quilombolas, os povos originários, indígenas, os povos ciganos, que também fazem parte da história e cultura da Paraíba, mas também o povo de terreiro, o povo de religião de matriz africana, os candomblecistas, os juremeiros, umbadeiros, quimbadeiros, enfim. Quando a gente fala que é prioridade, que está na lei, a gente está falando que o direito dessas populações precisa ser assegurado. Hoje é uma noite importantíssima, queria parabenizar ao movimento de terreiro de Patos e região, que eu sei que abrange muito mais que Patos, é um movimento extremamente organizado e que a gente conta como apoio, como mobilização também; na secretaria a gente tem essa parceria muito importante. Agradecer e parabenizar a todos que fazem parte da CECAB, que tem desenvolvido um trabalho fantástico. Então a gente tem legislação pra estar aqui, a gente não está aqui querendo, a gente está aqui em busca de efetivar o que já está na lei, que é direito. A gente tem uma lei decenal, uma lei que pensa as políticas públicas direcionada a essa população, durante dez anos, na Paraíba. Então, marcos legais a gente tem pra trabalhar e pra garantir esses direitos, a gente precisa dessa força de vontade política, de mobilização, e eu acredito que essa noite é uma noite importantíssima porque marca esse compromisso do Legislativo do município nessa construção. A gente tem uma política nacional para povos e comunidades tradicionais, além da legislação estadual. Acho que vocês pensaram isso, março é um mês bastante simbólico, porque a gente celebrou, no dia vinte e um, o dia nacional das matrizes africanas e nações de candomblé, mas a gente tem também instituído, a nível estadual, o dia estadual dos povos de terreiros, que é o dia dezessete de março. E faço aqui destaque, como já foi lembrado, a questão da jurema, a jurema é algo paraibano. O culto à jurema nasce na Paraíba, é algo que a gente tem que se nutrir, é algo que a gente tem que fortalecer, e a gente só pode fortalecer essas comunidades, obviamente, combatendo o racismo religioso, mas fortalecendo as políticas públicas, no sentido de preservar e difundir o patrimônio material e imaterial dos povos e comunidades tradicionais, promovendo segurança alimentar dessas comunidades, fomentando a participação das comunidades em ambientes políticos, em ambientes de decisão de políticas públicas, incluir a cultura afro-brasileira e indígena nas redes de ensino. É algo que a gente já tem a Lei 10.639, que já fez mais de vinte anos, e ainda está nessa luta pra implementar. Então a gente precisa reconhecer que os povos de terreiro, que as comunidades de raiz matriz africana, são fundamentais, porque produz esse conhecimento, o conhecimento muitas vezes é tido como aquele científico, mas essas comunidades também são detentoras de conhecimentos e de saberes, a universidade e o ensino público, deve se nutrir e utilizar essas pessoas como referência. Acredito que já

extrapolei o meu tempo, mas é sobre isso, eu trago aqui a legislação, que deixa nítido; a gente tem legislação internacional, tem a OIT 169, que fala sobre determinação desses povos e o reconhecimento das suas formas organizacionais, a sua importância cultural para o mundo; e a gente tem também o Decreto 6040, que é um decreto federal, que vai reconhecer, vai falar sobre as comunidades tradicionais e colocar os seus modos de viver, os seus cultos, como patrimônio mesmo. Então, o povo de terreiro tem que ser visto como patrimônio; as religiões de terreiros devem respeitadas. Todas as religiões devem ser respeitadas, a gente tem a Constituição Federal que preza pela laicidade, que é garantir que todas as religiões, que todas as pessoas possam professar suas religiões, sem o medo de levar pedrada, sem o medo de ter os seus templos depredados, sem o medo do racismo religioso, sem o medo de intolerância, de qualquer tipo de preconceito e discriminação. Encerro minha fala, mais uma vez reafirmando o compromisso do Estado, a partir da Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana e do Centro de Igualdade Racial João Balola, no combate ao racismo religioso e na intenção de construir políticas públicas voltadas a equidade racial e voltada ao povo de terreiro. Muito obrigado”. Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da tribuna a **Capitã Gabriela**: “Boa noite a todos. Gostaria de cumprimentar a Presidente da Câmara, em nome de quem cumprimento todos os demais representantes do Legislativo. Fui surpreendida, mas gostaria de agradecer o convite. Momentos como esse é importante. Enquanto polícia militar, eu estou aqui representando o 3º Batalhão, e sei da necessidade de se reafirmar, de conquistar o espaço, que é de direito de vocês. Eu sei que vocês buscam, porque já passaram por opressão, por repressão, e nada mais é do que um direito. Gostaria, Tiago, de parabenizar você, por essa iniciativa, por tantas vezes você dar voz a essa causa, por batalhar tanto por esses povos. Como bem falado pela Vereadora Brenna, esses povos buscam nada mais do que o seu reconhecimento. E o quanto de história e de cultura vocês carregam ao longo da sua jornada. Enquanto polícia militar, posso dizer que a gente reafirma o compromisso de sempre batalhar e assegurar a proteção e o direito de vocês. O secretário bem disse, são direitos fundamentais assegurados na Constituição, então, enquanto instituição governamental, a gente também assegura esses direitos. Contem com o nosso apoio, já disse isso a você, em outros momentos. Mas estou aqui, diante de todos, e que cada vez mais momentos como esse ganhe repercussão, ganhe apoio da sociedade, porque é importante valorizar esses povos de matriz africana como uma representação da cultura, da fé, da crença, que eles carregaram ao longo desses anos e que, por tantas vezes e por tantos momentos, eles foram desacreditados, discriminados, e a gente sabe o quanto de história vocês carregam. Além do mais, é um compromisso nosso, a gente já busca isso, e esse diálogo de hoje é muito importante, nesse sentido, essa aproximação nossa, enquanto instituição, e povos de matriz africana. E essa palavra eu estendo a todos, que vocês se sintam acolhidos por nós, enquanto polícia militar. A gente trabalha e continuaremos a trabalhar pra garantir que os nossos policiais estejam cada vez mais sensibilizados com a causa, e que garantam, e a gente faz por onde instrui-los a combater qualquer forma de preconceito. Pra encerrar minha fala, não me alongar, enquanto pessoa, eu estou muito feliz de estar aqui, contem com o apoio, todas as vezes que precisar; e enquanto instituição, a gente vai seguir garantindo que vocês têm direito a dignidade humana e a justiça, como preconiza a Constituição. Meu muito obrigado a todos”. A Senhora Presidente disse: “Quero aqui só fazer uma ressalva a nossa Capitã Gabriela, quando eu a vi, através das redes sociais, sendo nomeada como a Comandante da Patrulha Maria da Penha, fiquei tão feliz, capitã, em saber que nós já podemos contar com essa patrulha. Assim como os povos de terreiro, nós mulheres sofremos, e sofremos muito,

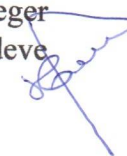


independente da classe social, a violência continua marcante, principalmente pra nós mulheres. Então, capitã, seja bem-vinda nesta Casa, sinta-se acolhida. Eu fiquei muito feliz em saber que uma mulher está assumindo essa patrulha tão importante na nossa cidade e região, assim como a senhora também assumiu essa função. Nossos parabéns e a Casa está de portas abertas”. Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da tribuna a Senhora **Samara Oliveira**: “Boa noite a todos. Fui pega de surpresa, Presidente. Não fui informada, mas que bom, que Casa plural, a Casa do povo. Meu boa noite começo estendendo à Presidente da Casa, que muito me honra em saber que é uma mulher, Presidente. Seus posicionamentos eu acompanho, gosto. Inclusive, tive a oportunidade de dizer essa semana, é muito bom quando se tem uma mulher à frente. Que possamos ter mais mulheres à frente, e com fibra, como a senhora. Ao Plenário, na pessoa de Thiago, Perla, Professora Ana Célia, Mãe Adriana, que são meus grandes amigos. E ao Plenário, em todos, boa noite. Estar aqui hoje e falar, o meu direito de fala, enquanto Presidente do Conselho da Mulher e advogada que sou, e que apoio, represento voluntariamente o CECAB, e muito me honra isso. Dizer o quão importante é isso, até para aprendizado, Perla, quantas vezes você não tirou minhas dúvidas? Porque fomos criados numa redoma, somos criados, Presidente, e não entendemos. E muitas vezes, a gente não busca entender. Eu lembro que eu tinha dúvida, e questionava: por que eu falo ‘Mãe Adriana’, ‘pai fulano’, me explique, Perla’? E Perla tirava minha dúvida. E assim como eu, eu tenho certeza que muitas pessoas que estão à frente de vários órgãos não têm esse conhecimento, e não chega a perguntar por que. Mas eu tinha dentro de mim, que eu precisava aprender. Então, essa noite de hoje é muito importante, porque eu sei que eu vou ouvir Perla, vai dar uma aula aqui, a Professora Ana Célia, a Mãe Adriana. Eu tenho certeza que essas pessoas vão trazer pra gente conhecimento que a gente talvez não teria se não tivesse aqui. O nosso Código Penal, apesar de no Estado, secretário Marcos, só há dois anos nós temos a injúria religiosa em nosso país, que foi em 2023. Mas que bom saber que na Paraíba há dez anos nós temos uma lei específica, e aqui em nosso município eu não sei como está a questão da secretaria. Nós temos uma Secretaria de diversidade Humana que talvez trate desse tema, e se não trata, deverá tratar. O município precisa trazer porque isso é uma realidade, porque nós somos plurais. Não importa a religião que nascemos, Perla me ensinou isso, nós somos colocados na religião e tudo o que não é nosso, tudo o que não foi ensinado e que a gente não conviveu, a gente tem, dentro da gente, a achar que está errado. E é esse tabu, Perla, que a gente precisa quebrar. E são momentos como esse, em estar aqui na Casa. E que se faz importante, Thiago, também lembrar da caminhada que vai haver dia 28. Se faz importante que a gente vá às comunidades, que a Secretaria de Diversidade Humana faça essa fala nas comunidades para que se quebre esse tabu; vá às universidades, também se faz importante. Então, parabenizar a Casa por abrir esse espaço, parabenizar a todos que estão aqui, parabenizar os vereadores que dispuseram do seu tempo e estão aqui, parabenizar a Vereadora Brenna, que propôs a lei do cinco de janeiro, e propôs também essa audiência pública. Dizer, Thiago, que estou sempre disponível à CECAB, a tudo o que precisarem, enquanto estiver ao meu alcance, podem contar comigo. Dizer que estou disponível, sempre que precisarem de mim, enquanto Presidente do Conselho da mulher. Sei que, e Mãe Adriana dizia isso em uma reunião que eu estava, a violência contra mulher quão grande é dentro dos povos de terreiro, que é um tabu, e que nós precisamos quebrar essa violência, Mãe Adriana. E são momentos como esses que a gente vai conseguir. Então, parabenizo. E vou me sentar ali, reduzir a minha insignificância, por não ter conhecimento de causa, e querer escutar aqui hoje essas grandes professoras que aqui estão. Obrigada e boa noite”. Com a palavra, a Vereadora



Brenna Nóbrega disse: “Assim como você, nós também viemos hoje aqui, não é, Presidente Tide, para aprender um pouco, conhecer mais um pouco sobre a causa, pra gente lutar com mais vigor. Quando a gente conhece sobre a causa, a gente sabe dar mais importância, dar mais vigor. É uma luta consciente, a palavra certa é essa, a gente estar consciente pelo que está lutando. Então, hoje, também viemos aqui aprender um pouco com o nosso mestre, não é, Padilha?”. A Senhora Presidente disse: “Vou convidar Perla, e eu gostaria muito que a senhora nos dissesse o que são as matrizes africanas, o que significa a ‘mãe’, essas palavras que nós ouvimos aqui: ‘babalorixá’, que são palavras novas para nós, e eu lhe confesso que estou muito curiosa. Eu gostaria realmente de saber o que significa tudo isso, que são coisas novas que eu tenho dificuldade de aprender. E hoje é o dia que precisávamos saber. O que significa? Como funciona? Então hoje é o dia de vocês falarem o que vocês sentem, o que realmente, nesse momento, vocês desejam que o Poder Público soubesse”. Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da tribuna a senhora **Perla**: “Primeiramente, eu quero agradecer o convite, em nome da Presidenta Tide, eu saúdo os parlamentares aqui presentes, e em nome da minha mãe espiritual, Mãe Adriana, eu saúdo todo o Plenário. Então eu vou começar respondendo, para depois pegar minha pauta aqui. Essa questão de ‘Yalorixá’ e ‘Babalorixá’. Yalorixá, como a gente chama no popular, é Mãe de Santo; e o Babalorixá é o Pai de Santo. Assim como tem o Padre e tem o Pastor, essas pessoas, tanto o Babalorixá, quanto a Yalorixá, eles são sacerdotes de uma religião. Então eles carregam a sabedoria, a cultura da ancestralidade, da espiritualidade, e cuidam dessa espiritualidade. Assim como os padres e os pastores cuidam dos seus fiéis, os pais e mães de santo cuidam de todos nós. É uma religião que vem trazida pela escravidão. As religiões de matriz africana chegaram ao Brasil de forma bem exploratória, que a gente sabe que o período de escravidão foi uma barbárie humana. E a gente traz essa cultura muito forte da África. Então quem se reconhece naquela cultura, quem se reconhece com a espiritualidade voltada para questão da Mãe África, a nossa raiz, está aqui como nós, cobrando direitos, porque não estamos pedindo favores, estamos cobrando a efetividade das leis, que já existem, e que estão ali para garantir o nosso direito, o nosso culto, a nossa ancestralidade, a nossa cultura. E é isso. Eu não sei se eu expliquei, mas tem pais e mães aqui para depois dar uma aula. Eu sou aprendiz também, minha gente. Então, a gente está em um espaço do povo, estamos aqui na Casa do povo, e é bom vocês, que são eleitores, observarem se os vereadores que vocês votaram, na última eleição, estão aqui presentes para apoiar essa discussão, porque é uma discussão importante, é uma discussão que estamos, inclusive, atrasados no tempo, porque existem lei que já têm anos de existência. E Patos como uma cidade tida como a capital do sertão, a gente ainda precisa estar discutindo direitos relacionados aos povos de terreiro, então é um atraso. A política nacional para povos e comunidades tradicionais de terreiro e de matriz africana é um avanço na luta contra o avanço religioso e na garantia dos direitos desses povos. Então é uma política nacional que já existe, e que a gente precisa da efetivação dessa política também no município. Como Marcos falou aqui, representando o Governo do Estado, já existe a política no Governo do Estado, então não tem nem como dizer que não sabe. Porque, assim, para quem está representando o povo, tem que conhecer todas as leis, porque estamos na Casa do Legislativo. É daqui que sai justamente a garantia dos nossos direitos. Então a gente traz essa pauta muito consciente, para cá, pedindo, clamando, pela garantia desses direitos, que já são assegurados pelas leis existentes. Então, nesse mês, que como já foi falado aqui, de datas importantes, o mês de março, a gente está aqui nesta Casa, que abriu esse espaço para discutir uma pauta bastante importante, inclusive, para o desenvolvimento socioeconômico e cultura do

município, porque a gente não pode esquecer que povo de terreiro é cidadão que também paga imposto. Então se pararmos para refletir um pouco sobre a história da construção do nosso país, não temos como esquecer a contribuição plena dos escravizados, dos escravos não, porque eram reis, rainhas, princesas, príncipes, advogados, médicos, que foram tirados do seu continente e foram escravizados para construir o que a gente tem hoje no país. Então essa contribuição influenciou diretamente a formação do povo brasileiro. É uma indicação de leitura para quem gosta de ler, e quem quer aprender um pouquinho mais sobre a construção do país e a nossa formação, vão ler 'Casa Grande e Senzala'. É um livro um pouquinho extenso, mas é um livro que remete justamente a formação da identidade cultural do Brasil. Então não tem como a gente negar a nossa miscigenação, não tem como negar a influência da África, dos povos africanos na formação desse país. Então vamos parar e refletir sobre trezentos e oitenta e oito anos de escravidão. Quem consegue imaginar trezentos e oitenta e oito anos de escravidão nesse país? E a gente está aqui ainda, depois de cento e trinta e sete anos, que vai completar agora, em treze de maio, da abolição da escravatura, cento e trinta e sete anos depois da abolição da escravatura, a gente ainda está brigando para não ser discriminado, lutando contra um racismo, que está estruturado. Ele está estruturado, sim, mas a gente sabe quem é que promove. Então é uma luta que a gente vem abraçando com unhas e dentes; é uma luta que, para hoje eu estar aqui falando em um espaço público, e vocês estarem aqui ouvindo, morreu muito negro, muitas mulheres negras foram estupradas, muitas crianças negras foram separadas das mães e dos pais. Então foram trezentos e oitenta e oito anos de barbárie de humanos contra outros humanos; de humanos brancos contra humanos negros. E a gente ainda está aqui clamando por direitos: pelo direito de existir, pelo direito de fazer o nosso culto, pelo direito dos direitos que são negados para a gente, pelo direito de o nosso filho está na escola com uma guia, e não ser recriminado, pelo direito de eu andar com o meu ojú, meu pano de cabeça, sem ninguém olhar para mim, como se eu fosse um personagem de teatro, como se eu fosse uma figura exótica. Então a gente clama por direitos, que já estão garantidos na Constituição, e não chegam em determinados municípios, porque está lá a política nacional, está lá a política estadual, e a política municipal para nós? E aqui é uma parte, minha gente, aqui não tem nem 20% (vinte por cento) dos terreiros que tem em Patos, porque já estão tão desacreditados. Não é porque povo de terreiro não quer participar de nada, não, é porque já estão desacreditados de políticos só aparecerem, de quatro em quatro anos, em comunidades de terreiro, para simplesmente pedir voto e, depois, esquecer a causa dos povos de terreiro, porque geralmente é o que acontece. Então estamos cobrando a implementação das leis, que garantem pelo menos os nossos direitos conquistados, porque já tem muito direito conquistado, agora vamos efetivar isso, vamos implementar aqui no município também. Uma reflexão: por que será que ainda precisamos lutar para existir e ter as mesmas condições de vida que outras pessoas têm? Por que é que a gente precisa estar nessa luta constante para mostrar que a gente existe? Se a gente é humano, se a gente paga boleto, se a gente paga imposto, se a gente faz feira, se a gente paga aluguel, igual a qualquer pessoa. Aí eu me pergunto por que ainda a gente está lutando por um direito que é comum a todos. Aí vem a pergunta: isso é discriminação? Isso é racismo? Isso é o quê? Se a gente ainda está aqui nessa peleja. E nessa perspectiva da garantia de direitos, entendemos que a política deve ser acompanhada de medidas concretas para ser efetivada. Então a política deve ser um ponto de partida para mudanças estruturais; a política deve ser um chamado à ação permanente contra a intolerância e o racismo religioso; a política deve conhecer, respeitar e proteger as religiões de matrizes africanas como parte da nossa identidade cultural; a política deve




promover a valorização e a difusão das manifestações culturais. Coisa que aqui no município, numa reunião da cultura, eu defensora da cultura popular, principalmente da cultura popular de povos de terreiro, fui chamada de 'treva' pela secretária da cultura, a secretária anterior. Então eu queria deixar isso registrado, porque isso é uma forma muito grave de preconceito, de racismo, de intolerância religiosa, que não deve acontecer nos espaços públicos, porque as pessoas que estão ali, recebendo um salário de secretário, está sendo pago pelos impostos do povo. Então tem que representar. Gostar, ninguém é obrigado a gostar, agora, respeitar é um direito de todo mundo. Um direito, não, é um dever você respeitar. Já que não tem todos os direitos reconhecidos e garantidos, o mínimo que podem fazer é respeitar um macumbeiro. Simples. Não gosta, não gosta, você não é obrigado a gostar, agora você é obrigado a me respeitar, porque a gente não desrespeita religião de ninguém, a gente não fala de religião de ninguém, a gente não se importa com culto, com nada de ninguém. Estamos aqui para fazer o nosso, porque a nossa vida já é demais para a gente está cuidando da vida alheia. E, principalmente, a vida dos pais de santo, que têm a vida deles, da família deles, e ainda cuida de todos nós, para dar orientação, para dar discernimento em determinadas questões. Eu bem calma porque a minha Mãe de Santo é top, porque eu não era assim não. Ela está cuidando bem do meu ori. Então a política deve promover a valorização e a difusão das manifestações culturais, aí entra de novo na questão da cultura. Ora, eu estou Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Patos, onde a gente historicamente nunca se inseriu, as comunidades de terreiro, nas manifestações culturais. Então a gente não está querendo que as manifestações religiosas, de outras religiões, deixem de acontecer, não, muito pelo contrário, a gente quer que aconteça porque o estado brasileiro é laico. O estado brasileiro não tem que está ditando regra de qual é a religião que é certa, qual é o deus que existe, a gente não tem que receber essa imposição. Religião, Deus, religiosidade, espiritualidade, está dentro de cada um de nós. Deus e o diabo andam juntos, só a gente para alimentar o que é que a gente quer alimentar. A gente quer alimentar o bem ou a gente quer alimentar o mal? Agora, falar em Deus, pregar o nome de Jesus discriminando o povo de terreiro, discriminando as religiões de matrizes africanas, que Deus e que Jesus é esse que vai comungar com uma prática tão discriminatória dessa forma? Porque em nome de Deus já mataram muitas mulheres queimadas no fogo, dizendo que eram bruxas. E todas as mulheres que estão aqui, que lutam, que correm atrás, que defendem, são frutos das bruxas que não conseguiram matar. Eu sou uma delas. A política deve garantir segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável em toda a sociedade, porque ao invés de muitos, que se dizem representantes do povo, estarem preocupados com o nosso culto, poderiam estar preocupados com a criança das comunidades de terreiro, que não têm o que comer, com as crianças da comunidade de terreiro, que não têm escola, com as mulheres, que não têm como deixar os filhos para trabalharem. Então, assim, ao invés de estarem preocupados com as políticas públicas para garantir qualidade de vida pra gente, estão preocupados com o que a gente faz dentro do terreiro, quando os tambores começam a tocar. É isso que vocês viram aqui. A gente é um povo alegre, a gente é um povo feliz, a gente é um povo que brinca, que vibra, a gente é um povo de bem, a gente é um povo de paz. Só que não somos povos bestas mais, não nascemos mais para ser escravizados; essa geração aqui não quer ser mais escravizada, não; essa geração aqui não permite mais olhares de cima para baixo e de baixo para cima. Nós queremos nossos direitos garantidos, queremos a nossa liberdade de ir e vir, de praticar o nosso culto, assim como todo mundo pratica. Porque a gente tem no município de Patos a Festa da Guia, que é a nossa Padroeira, e olhe que todo macumbeiro vai pra Festa da Guia, levante o braço aí

quem vai para a Festa da Guia, olha, gastar dinheiro lá. Porque todo mundo aqui reza para Jesus também, bota o joelhinho no chão e faz a sua oração. Aí a Festa da Guia tem dez dias de festa, com o orçamento promovido lá dentro das subvenções, tem dinheiro para acontecer festa. A gente tem outro evento, que é o Jesus é bom demais, embora tenha mudado de nome, mas é o mesmo sentido, é uma festa evangélica para louvar o nome de Jesus. Aí eu me pergunto, por que é que a gente não pode fazer uma gira no meio da rua para louvar o nome de Xangô, que é um santo nosso? Qual o mal que a gente vai praticar em fazer uma festa cheia de acarajé, cheia de coisa boa, para saudar a minha mãe Iansã? O que é que vai influenciar na vida dos outros a gente fazer, em janeiro, uma festa gigante para pai Oxóssi? Não tem, minha gente. Quando você para pra pensar: o que é que a vida de Perla, macumbeira, vai influenciar na vida de qualquer evangélico, ou de qualquer cristão ortodoxo e não sei o quê? Não vai influenciar, não vai. Cada um tem sua vida, cada um tem sua vivência, cada um acredita no que quiser, e é assim que a gente tem que viver, livremente. Então eu trago essas inquietações porque é muito triste para quem não sofre preconceito, para quem tem sua vida totalmente estabilizada, para quem teve, a vida inteira, condições de estar ali usufruindo do melhor que a vida pode dar, e que tem todos os seus direitos garantidos porque tem uma pele branca, porque nasceu em uma família de classe média, ou classe rica, para essas pessoas que não sofrem preconceito, discriminação, racismo, está tudo bem, beleza. Mas vamos pensar no que Jesus deixou dito, porque não tem nada que seja mais forte, eu acho que é o único mandamento, porque se a gente cumprisse bem direitinho, se a humanidade cumprisse o 'amar ao próximo', a gente não viveria em guerra, não teria havido nem escravidão. Então a necessidade de políticas públicas, para vocês que estão aqui, que nos representam, que estão nessa missão, pelos próximos quatro anos, vocês já abriram as portas para a gente, então aguentem, a gente vai viver aqui. Então a necessidade de políticas públicas que combatam o racismo estrutural e deem equidade de tratamento e respeito, principalmente aos espaços de culto é, no mínimo, dever de qualquer legislativo, para garantir realmente um estado laico, para garantir realmente que seja abolida a questão da intolerância religiosa. A gente sabe que não é uma luta fácil e nem vai ser do dia para a noite, mas se a gente tomar a iniciativa de promover essa questão dentro de leis, de normas, sei lá o que for necessário fazer para que isso venha sendo trabalhado no município de Patos, a gente tem a Secretaria da Mulher, que, inclusive, eu quero até que me corrijam se tiver esse erro, mas pelos documentos que eu já li, a gente tem a Secretaria da Mulher, foi criada e, só depois, tem uma lei complementar que criou, que unificou a diversidade humana. Mas essa lei complementar dar mais importância a questão LGBTQIAPN+, e cadê o resto da diversidade? É uma coisa que a gente já coloca para que vocês observem essa lei e possam, não sei, modificar alguma coisa, porque não pode ser modificado? E incluir essa questão". A Senhora Presidente interrompeu, dizendo: "Quando se fala de uma Lei Complementar, essa lei já vem do Executivo. Então quando recebemos aqui em nossa Casa Legislativa, o Projeto já vem completo e, para fazer uma modificação nessa lei, a gente teria de fazer um amplo estudo, todo mundo sentar, conversar, porque essa lei vem do Executivo, não é desta Casa que ela é criada". A Oradora disse: "Pronto, então vamos sentar, a gente estar disponível para sentar para construir uma lei realmente que seja uma lei de diversidade humana. Estamos falando de diversidade humana, e aí tem que se garantir a participação efetiva de tudo o que já foi falado aqui de diversidade: LGBT, povo de terreiro, movimento negro, indígena, cigano, porque a gente tem uma diversidade imensa, como Samara bem colocou aqui, a gente é 'plural'. A gente não pode definir a diversidade apenas com a questão LGBT. E aí a gente necessita de, pelo menos, que é


uma coisa para vocês trabalharem bem, porque eu acredito que este Legislativo, que eu acompanho algumas coisas, tem um potencial muito maior do que se é apresentado no que a gente vê de aprovação de leis, de tudo, assim. Eu acho que é muito maior do que apenas dar voto de aplauso, reconhecimento de utilidade pública, título de cidadão e nomes de ruas. Vamos combinar que para os que estão chegando, tem muito trabalho pela frente, e para os que já estavam e voltaram, vamos trabalhar mais, porque o povo está aqui para contribuir. Às vezes o povo é tratado pelo político como inimigo, depois que passa a eleição. Porque muitas vezes a gente cobra, e a gente cobra o que está faltando, porque se não estivesse faltando, a gente não iria cobrar. Então, inclusive, em uma das reuniões da cultura eu falei que, pelo meu discurso, muitas vezes as pessoas acham: ‘ah, é oposição à gestão’, ‘ah, é oposição A ou B’. Eu estou falando de políticas públicas, não estou falando de política partidária. E eu digo em qualquer lugar, se eu vesti uma camisa azul, se eu balancei bandeira, se eu pedi voto, foi para ter a oportunidade de dizer: ‘opa, eu sou cidadã patoense, isso aqui está errado, vamos melhorar’, porque eu quero justificar o meu voto. Eu votei porque você me representa. E se você não estiver me representando, vamos combinar que a gente tem que mudar alguma coisa. Então estamos aqui para contribuir com o que o município precisar, Secretária Jéssica, Secretário Sávio, tanto no Executivo, como no Legislativo, porque a gente sabe que determinados temas, determinadas temáticas, determinadas pautas pra esse corpo que faz a Casa se inteirar de toda essa legislação é difícil. Então a gente que já está nessa luta por cada pauta definida, a gente pode muito bem contribuir com o trabalho de vocês, porque o que a gente quer é que Patos se desenvolva, o que a gente quer é que avance, e que a gente deixe de perder tempo com questões que há muito tempo já era pra ter sido resolvida. Então se pra a gente perder tempo com audiência pública, e cobrando legislação, que sejam de coisas, que ainda não existe que a gente está criando. Agora a gente está cobrando direito, que a gente já conquistou, e até hoje o município não se atentou pra isso. Então, de dois mil e vinte e cinco pra frente, vamos mudar, cheguem mais próximos do povo, porque o período de eleição já passou, a caminhadas passaram, mas o povo permanece lá naquelas ruas, em suas casas. Então vamos visitar os terreiros, vamos conhecer, vamos conhecer a cultura que a gente tem lá. Porque fora da ritualística da gente, que compete só a nós mesmos do povo, que é adepto a religião, fora disso, minha gente, os terreiros têm uma produção cultural belíssima, na música, na dança, na culinária, na vestimenta, no artesanato. E vocês precisam conhecer pra vocês se apropriar também do nosso discurso, da nossa luta, da nossa pauta, porque só conhecendo, só indo lá, porque ninguém faz um projeto sem um diagnóstico antes. Todos os setores do município trabalham em cima de resultados, mas pra que esses resultados aconteçam você precisa conhecer o problema, sugerir soluções, buscar melhorias, pra que o resultado venha. Então não é uma coisa de traz pra frente, existe uma caminhada. E aí a gente está aqui justamente pedindo, solicitando desta Casa, de vocês principalmente, que tiveram, eu acho que não é nem obrigação só, mas também uma responsabilidade com o povo de estarem aqui presentes, de abrirem esse espaço pra gente falar, a gente agradece imensamente. E a gente se coloca à disposição pra tudo que vocês precisarem elaborar em nome do povo de terreiro. Obrigada”.

Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da tribuna o secretário municipal **Sávio Salvador**: “Boa noite a todos e todas aqui presentes. Quero primeiramente saudar a nossa presidente Tide Eduardo, que dirige também os trabalhos de hoje, parabenizar Brenna Nóbrega, por construir, junto com Tiago, toda essa audiência pública sobre os povos de terreiros; parabenizar também os vereadores Ítalo e Maicon Minervino, que estão presentes nesta noite escutando o povo. E quero aproveitar e falar do meu amigo Tiago

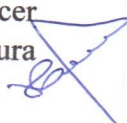


Padilha, saudando a todos os presentes aqui nesse plenário, Mãe Adriana, Jéssica, nossa secretária, Samara, presidente do Conselho da Mulher do Município. E aproveitar e saudar todos os presentes aqui nesse plenário bonito, em nome do pai Henrique, que se faz presente, meu amigo pessoal, a gente tem trilhado muitas batalhas, juntos. E é importante fazer esse momento aqui hoje. A gente ouvia, alguns dias atrás, Tiago aqui nesta tribuna, aproveitando o momento pra falar um pouco do que sentia no coração, não só dele, mas dos povos de terreiro, dizendo do processo discriminatório, do processo duro, que é viver nesse lado da linha, que é uma linha tênue, que machuca, e que, às vezes, a gente não ver. Nós que estamos de certa forma equidistantes, a gente não sente a dor do outro, e quando a gente vem pra esse plenário aqui, aproveitando o espaço do povo, como disse Perla agora há pouco, a gente começa a entender um pouco mais do que são os povos do terreiro e o que sentem na pele. Eu cresci numa família cristã, Tiago sabe disso, muitos aqui sabem disso, e sou filho de Pastor Evangélico, da Igreja Presbiteriana do Brasil, mas aprendi naqueles tempos e da palavra dada na Bíblia, inclusive ensinada pelos meus pais, Pastor Salvador e irmã Vera, de que eu precisava seguir a Bíblia. E eu vi Tiago falando exatamente isso, muitas vezes nós, ao invés de amarmos aos próximos como nós amamos a nós mesmos, não fazemos isso. A gente coloca distante pela vestimenta, como Perla falou, e nos deu uma aula agora há pouco, ou por qualquer outra coisa. Eu já senti na pele, Tiago, a questão da cor, e não foram só uma vez, várias vezes. E eu sou filho de Pastor, mas meu pai é delegado e foi chefe de polícia desse Estado, por alguns anos, e muitas vezes eu fazia os mandados de meu pai e da minha mãe, e moleque, com treze anos de idade, ia ao banco, e aí ele me dizia o seguinte: 'você tem tanto pra gastar', ensinando-me, dando aula financeira, e eu ia na Lojas Americanas no Manaíra Shopping. Todas às vezes eu entrava, até eu ter coragem de enfrentar e dizer algumas palavras, com treze anos de idade, eu entrava lá as pessoas olhavam pra mim, me discriminando, achando que eu ia roubar, ou furtar alguma coisa daquela loja, no Manaíra Shopping. Até uma vez que o segurança olhou pra minha cara e disse o seguinte: 'cadê o prestobarba?'. Eu nem usava isso. Aí eu tomei um susto, mas na mesma hora eu disse: está ali, aí levei na prateleira que tinha o prestobarba. Eu sei que não parece interessante essa história, mas é falar sobre a cor, e aí eu mostrei. Ele disse: 'não, que está no seu bolso'. Eu disse: olhe, se tiver alguma coisa no meu bolso, e eu passar ali vai tocar? Ele disse: 'vai'. Agora se não tocar, eu vou chamar a polícia para você. Eu tinha treze anos, foi a primeira vez que eu enfrentei de cara a discriminação racial. E aí eu sei o que vocês sentem na relação dessa forma, e sei o que é discriminação religiosa também, porque nós evangélicos sentimos isso na pele por muito tempo. E é inadmissível que em dois mil e vinte e cinco que vocês ainda sintam isso em qualquer lugar que vocês estejam. Perla, a gente convive muito, a gente tem lutado as mesmas lutas, conselho de cultura, os conselhos de direitos, através do orçamento democrático estadual e, muitas vezes, ela se abre, falando das angústias e dos desejos desse mesmo povo que ela faz parte. E é por isso que eu olhei pra presidente Tide, e disse: presidente, eu vou falar, porque eu me acosto a essa luta. E é importante que a gente lembre os direitos que nós temos. O artigo 5º da Constituição é muito claro, o seu inciso VI e VIII falam que a gente tem direito. Não posso ser discriminado porque eu estou usando uma roupa diferente, porque estou usando turbante, ou porque eu carrego uma bíblia. Eu não posso ser discriminado por cor, ou porque eu prego ou falo alguma coisa política também. Então isso tem que acabar, a gente precisa parar com essas coisas, a gente ver por aí mortes, enfrentamentos, brigas, por conta disso, e nos dias de hoje é inadmissível. Eu perguntava, mais cedo, assim: qual é o tema real, o que é que vai se dar na plenária hoje? E eu falava sobre isso, angustiado, porque eu

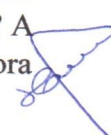
precisava entender mais. E aí eu me vi nas palavras de vocês, porque eu já senti isso. A gente tem a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que no seu artigo 18 é bem claro, e fala que não podemos ser discriminados, nós temos oportunidade de culto. Porque que não? Porque não tocar o tambor que vocês tocam, que é a beleza do culto de vocês? Eu conversava com um colega, agora há pouco, e dizia o seguinte: décadas atrás, algumas Igrejas aqui em Patos, inclusive na Paraíba inteira, elas foram impedidas de tocar no louvor. E aí foi pedido para que a gente fizesse uma acústica e tal e foram se adequando. O meu direito termina quando o seu começa, isso é bem claro, mas a gente precisa se irmanar, a gente precisa se juntar. E o amor que eu sinto por vocês, quando eu dobro o joelho no chão, e estou eu a sós com Deus, e peço para que Deus dê clareza, dê postura, dê conhecimento aos vereadores da cidade e aos nossos líderes, aos nossos secretários, ao Prefeito Nabor, ao Vice-prefeito Jacob, e a todos nós, para que a gente possa continuar evoluindo, eu preciso fazer pra que a gente possa continuar amando uns aos outros, como eu me amo. Então é a palavra que eu vim dar hoje, e em nome do Prefeito Nabor, dizer que nós estamos abertos à Prefeitura de Patos, o Prefeito Nabor, o Executivo está aberto para o debate, pra discussão, pra que a gente possa continuar construindo não só a questão da liberdade religiosa, mas a questão da diversidade humana como um todo, do LGBT, dos negros. A gente não tem povos quilombolas aqui, mas aqui pertinho de Santa Luzia nós temos, e que podemos até daqui a pouco está abraçando todos nós. Os ciganos, que nós temos muito aqui na nossa terra. Inclusive, alguns foram colegas do meu pai na polícia civil aqui na cidade. Então é importante isso, estarmos abraçados, continuar conversando, e, inclusive, como secretário de relações funcionais, estamos abertos. A nossa colega Jéssica tem à disposição também, a gente sabe disso, da gente continuar debatendo, mãe Adriana, pra que a gente possa crescer, se emanar e dizer um basta, porque respeito é bom e todos nós queremos e vamos ter, isso juntos". Atendendo convite da Presidente, fez uso da tribuna o senhor **Elton John**: "Quero iniciar a minha fala tomando benção a minha ancestralidade, saudar a Excelentíssima presidente desta Casa Legislativa, aos nobres vereadores, a todos os meus irmãos e irmãs de fé, as quais eu peço a minha benção aos mais novos e os mais velhos, representantes da sociedade civil, lideranças comunitárias que se fazem presente neste plenário, meu boa noite. Senhora Presidente, é uma honra estar aqui para dialogar sobre a importância das políticas públicas voltadas aos povos de matriz africana. Estamos diante de uma realidade que os direitos da nossa população ainda são desrespeitados, seja pela intolerância religiosa, pelas desigualdades sociais, ou pela falta de acesso às políticas afirmativas. E aqui, diante do meu discurso, quero fazer algumas menções de algumas falas que foram mencionados nessa tribuna, a qual menciono o nosso secretário, o nosso coordenador, Marcos, lá do Centro João Balula. E dizer que os povos de matriz africana, uma das realidades que mais sofremos de preconceito é o uso do nosso atabaque. E aqui, capitã, eu quero fazer uma menção em até faço uma sugestão para esta Casa, para que tenha capacitação para os policiais, para a polícia militar, para quando for abordar nos nossos terreiros, onde, em 2016, na cidade de Santa Luzia, eu tive os meus tambores silenciados. Senhora Presidente, eu estou nessa tribuna representando os povos de matriz africana porque também sou pai e juremeiro, mas estou representando também aqui a Gerência Executiva da adversidade humana da cidade de Santa Luzia, na qual trago um abraço da nossa secretária Mayara e nosso Prefeito Henri Lira, que tanto abraça a causa do povo de matriz africana na cidade de Santa Luzia. Então, o nosso embasamento ele é jurídico, ele é sólido pela a Lei Nº 12288/2010 do Estatuto da igualdade racial, que estabelece as diretrizes fundamentais para promoção da equidade racial no combate à discriminação. Esse Estatuto reconhece



que o Estado deve atuar de forma ativa, para garantir as oportunidades legais e a igualdade para toda população negra, tradicional, e também incluindo os povos de terreiro e quilombolas e de matriz africana. Além disso, já falamos muito da legislação, das leis, mas é importante destacar o Artigo 215 da Constituição Federal, que assegura o direito da manifestação cultural, que impõe ao Estado o dever de proteger as manifestações de cultura populares indígenas e afros brasileiras. Isso se aplica diretamente as religiões de matriz africana, incluindo historicamente sobre as suas perseguições. E aqui, Capitã, e toda comunidade, os meus irmãos de fé, nós temos na Paraíba duas Leis, uma Lei Estadual, a 9431/2011, que protege os cultos e liturgias de terreiro, incluindo o uso de atabaques, impedindo ações restritivas da SUDEMA, polícia e ACEMAM. Nós também temos o Decreto Estadual 34.588/2013, que estabelece as políticas de proteção ao patrimônio cultural dos povos de matriz africana, assegurando o direito ao uso de atabaque sem impedimento. Então quando falo dessa capacitação pra polícia militar, é para que, quando for abordar, quando recebe as denúncias, muitas vezes dos vizinhos, e chegam à nossa porta, eles nem se quer levam o decibelímetro para ferir o uso do nosso atabaque. Então é preciso que tenha sim essa capacitação. Eu dou essa sugestão para os nobres vereadores, senhora Presidente desta Casa, para que traga para a polícia militar aqui da cidade de Patos, seja via governo do estado, ou governo municipal. E aí não podemos esquecer também da Lei 14.532/2023, que altera o Código Penal pra tipificar o racismo religioso, reconhecendo que a intolerância religiosa contra as religiões de matriz africana é crime. E essa legislação representa um avanço, mais uma efetividade, dependendo das ações concretas do poder público, para sua execução. Diante dessas diretrizes, é fundamental que avancemos nas políticas públicas locais, que garantem o direito e existência ao culto e a dignidade dos povos de matriz africana e algumas medidas essenciais. E eu trago como sugestão para esta Casa Legislativa, lá em Santa Luzia nós já estamos em discussão, já fizemos o mapeamento, e em conversa com a secretária da Mulher e diversidade do município, conversava com ela agora há pouco, eu me sinto feliz porque ela já fala do mapeamento dos povos de terreiro do município de Patos, que é a criação do Conselho municipal da equidade racial. É importante, senhora Presidente, que esta casa tenha esse olhar, e quando for apresentar tenha a votação para a criação desse Conselho, para garantir cada vez mais a política pública para o nosso povo. Também a proteção dos terreiros como patrimônio cultural e imaterial, garantindo o acesso dos programas de financiamento e reconhecimento oficial. A inclusão da história da cultura afro-brasileira, para que as escolas municipais da cidade de Patos possam implementar. E isso já é Lei, a Lei 10.639. É importante que a Secretaria de Educação do município de Patos possa também incluir dentro do calendário do município escolar a Lei 10.639. E também as ações de combate à intolerância religiosa, através de campanhas educativas, capacitação de servidores públicos, para lidar com caso de discriminação. Nós chegamos em alguns locais públicos, a exemplo de hospitais, e por estarmos portando o nosso fio de conta, muitas vezes não temos o atendimento adequado e merecido. Então é importante que o poder público, principalmente os profissionais de saúde, de educação, tenha também capacitação, principalmente das leis, para assegurar os nossos direitos, e, assim, combatendo a intolerância religiosa, para que não possam mais professar essa intolerância, seja ela com os povos de matriz africana, seja ela com evangélico, seja ela com católico, seja ela com qualquer outra religião. Isso é importante, porque Rubens Alves já dizia: 'é melhor construir do que desconstruir'. Essa fala é importante, senhora Presidente, pois quando se capacita o povo, o povo está capacitado e está apto a exercer as suas funções. Também trago, principalmente uma sugestão, pra o secretário de cultura

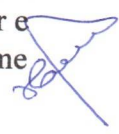


desse município, temos na Paraíba alguns editais, a exemplo da Lei Audi Blanc, em que o governo da Paraíba, e agora recentemente aqui na cidade de Patos, sediou a SECULT itinerante, em que os povos de matriz africana faziam uma cobrança, para que tivessem editais de fomentos direcionados para os povos de matriz africana, os povos de terreiro e os seus juremeiros. E aqui deixo como sugestão para esta Casa Legislativa, e até mesmo chegue a minha mensagem à secretário de cultura do município de Patos, para que abra os editais para que dê oportunidade também ao povo de terreiro da cidade de Patos. Isso é importante, porque quando se abra editais, abre-se linhas de crédito para o fortalecimento do terreiro e das comunidades, principalmente do nosso povo negro. Isso é importante, porque através da nossa cultura, e somos cultura viva, porque o terreiro não só é o local de professar a nossa fé, o terreiro também é um local de hospital. Quantas vezes, mães Adriana, chegam à porta do terreiro mães com filhos doentes, e chegam lá pra receber um chá, pra ser diagnosticado com aquele problema, que foi pra UPA, que enfrentou uma fila, e muitas vezes não teve a cura. Mas bateu à porta do terreiro, recebeu lá um chá, um passe de um mestre e ficou curado. Então o terreiro também é um hospital, e também uma escola, porque educa. O terreiro também é um local que precisa ter uma atenção, principalmente do CONSEA, que o Conselho de Segurança Alimentar, através do PAA, o plano de aquisição de alimento, para que tenha essa sustentabilidade política pública para o povo, principalmente aqueles que mais sofrem em estado de vulnerabilidade. Quantas e quantas mães chegam ao terreiro, que vai pra festa dos nossos barracões, mas vão pra professar a fé, e muitos nem é pra isso, é pra ter um prato de comida, porque não tem na sua casa. E o terreiro se encontra, no momento dessas festas, também como um ponto de apoio e de distribuição de alimentos para matar a fome da sua população, não só do povo de terreiro, mas, principalmente, do seu bairro. Então é importante que essas políticas públicas de fato aconteçam, que não fiquem só no papel, que não fiquem só nessa falácia aqui nesta tribuna, mas que os senhores nobres vereadores, e a senhora Presidente, eu tenho certeza que, a partir de hoje, na cidade de Patos, fica um marco na história, porque a Casa do povo abre as portas pra acolher e escutar o povo. Então parabenizo a nobre Vereadora Brenna, por ter abraçado a essa causa, porque é uma causa que muitos não querem abraçar por ser coisa de preto. O racismo já começa daí. Não é porque é uma religião de matriz africana, mas realmente esse racismo estrutural, porque é uma religião de negro e de negras. Então finalizo o meu pronunciamento, reforçando que não estamos aqui pedindo privilégios, mas sim para cumprir os direitos historicamente negados, principalmente na história do nosso país. Nossa cultura, nossa fé, nossa história fazem parte da construção do nosso país, e é um dever do Estado garantir que essa riqueza seja preservada e respeitada. Que esta audiência pública seja um marco para a cidade de Patos, e que avance na construção de uma cidade mais justa, inclusiva, respeitosa, para o povo de matriz africana. Meu boa noite a todos, um cheiro no coração e o axé para todos". Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da tribuna o Senhor presidente **Willami** disse: "Os três vereadores que se encontram aqui, eu acredito que todo mundo sentiu falta, quatro pronto não vou citar nomes, porque todo mundo está vendo. Eu acredito que todo mundo sentiu falta aqui. São dezessete vereadores, e só quatro estão aqui. Agora a pergunta fica no ar: por que os outros não vieram? Por preconceito ou discriminação? E eu vou ter que me ausentar, e não vou poder ouvir as outras pessoas, porque eu tenho um compromisso de nove horas, por isso que o telefone está tocando direto. Eu queria falar muito da minha classe LGBTQIA+, mas também não vou poder. Mas a pergunta fica no ar, os catorze não vieram, por quê? A discriminação começa aqui por dentro. Obrigado". Atendendo convite da senhora



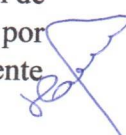
Presidente, fez uso da tribuna o **Vereador José Ítalo Gomes Cândido**: “Senhora Presidente Tide Eduardo, em seu nome eu gostaria de saudar a nossa mesa diretora, saudar a nossa Casa Legislativa, saudar a Vereadora Brenna, autora dessa importante audiência pública. Como também estender as minhas saudações ao Vereador Maikon Minervino, que também prestigia esse momento. Eu já início a minha fala dizendo que esta Casa, senhor John, sempre esteve de portas abertas para receber a todos. A Casa do povo nunca se furtou em receber a todos que procuraram os vereadores. Eu falo isso porque estou aqui há cinco anos, e todas as Leis que versam sobre os povos de terreiro foram Leis aprovadas durante o mandato em que eu estive aqui nesta Casa. E aqui eu estou com algumas delas, e eu vou trazer na minha fala, para dizer que muitas das vezes o que falta é algo chamado articulação para que essas discussões, que são muito importantes para o nosso povo, precisam acontecer. E eu falo isso porque o senhor Tiago Padilha, que é uma pessoa que frequenta com muita veemência o Poder Legislativo, ele está aqui quase que todas as sessões, ele sabe da recepção que ele tem para com os pares desta Casa. Nós estamos aqui e, enquanto Poder Legislativo, nós não temos o poder de executar porque nós somos o Poder Legislativo. Nós estamos aqui na noite de hoje para ver, enquanto Poder Legislativo, o que a gente pode, e eu falo por mim, contribuir para que políticas públicas afirmativas e de muita qualidade possam chegar à ponta, que é nos terreiros, nas casas de axés, nos templos que vocês têm, que são templos de muita importância para que vocês possam professar a fé de vocês na nossa cidade, no nosso município. Quando Perla diz que aqui não tem 20% (vinte por cento) da quantidade das pessoas dos povos de terreiros da cidade de Patos, eu concordo. Eu concordo porque conheço muitos, e aqui sinto falta de muitos, que deveriam estar aqui, porque são pessoas importantes no debate. E eu saúdo o plenário na pessoa de pai Luizinho, que eu conheço, é um querido; seja bem-vindo a esta Casa, o senhor representa a cidade de Patos no quesito de povos de terreiro, religiões de matriz africana, representa muito. E quando eu lhe vejo, eu me lembro do saudoso Joselito, que era uma pessoa a qual minha família tinha um carinho especial por ele. Então se sinta abraçado, seja bem-vindo a esta casa. Também saúdo aqui a senhora Perla, que é uma pessoa extremamente inteligente. Parabéns pela sua altivez, parabéns pela sua fala, parabéns pelas ações que você traz com tanta verdade, e a gente consegue ver que é uma fala muito completa de quem vive na pele essa realidade. Então, em seu nome, em nome de Tiago, eu saúdo o plenário, saúdo o auditório na pessoa de todos vocês. Não vou citar nomes aqui, tem várias pessoas que eu conheço aí, mas em nome de todos, sejam todos bem-vindos à casa do povo. A Casa é de vocês a Câmara Municipal de Patos. Saúdo a imprensa em nome de Adilton Dias, em nome de Célio Martinez, que com certeza estão aqui fazendo todo o apanhado de informações para colocar nos meios de comunicação. Iniciar a minha fala, que vai ser muito mais voltada as obrigações enquanto vereador para que possa aqui ficar nessa audiência, e que não seja tão somente um momento de ver de perto as batidas de vocês, as saudações, de ver a cultura acontecer, que seja realmente um momento onde a gente possa fazer um apanhado e ver em que a gente pode melhorar, e o que é que está sendo feito para que essas políticas públicas afirmativas possam chegar de forma muito forte, de forma muito correta, que é um direito de vocês. Então a gente precisa fazer isso. E aqui eu quero, nobre John, dizer que a nós temos aqui nesta Casa, Leis importantes, Leis que foram votadas. E buscar realmente a fiscalização dessa aplicação pode até ser, de fato, um erro do parlamento patoense, da Casa do povo. E aqui nós estamos criando, através de um Projeto de Lei que está tramitando na Casa, uma comissão que vai fiscalizar todas as aplicações não somente das leis que versam sobre o povo de terreiro, mas de todas as Leis da Casa Juvenal Lúcio de

Sousa que não estão sendo cumpridas no âmbito do município de Patos. Nós iremos criar uma comissão de vereadores aqui para que possa fazer um trabalho muito forte em cima dessas execuções. Nós temos Leis muito boas, muito bem elaboradas, mas que, de fato, não estão sendo executadas como deveriam para cobrir, para atender as necessidades do nosso povo exatamente, porque, infelizmente, falta essa fiscalização por parte do Poder Legislativo. Nós sabemos disso, não é presidente Tide? E nós precisamos aprimorar isso, melhorar isso, porque é algo que o povo nos cobra. E quando você traz pra cá essa fala, é de fato a falta de informação que chega para as pessoas. E não é por erro das pessoas, é porque, infelizmente, nós temos aqui sessões todas terças e quintas e, que muitas das vezes, Tiago aqui sabe disso, esse plenário hoje está repleto de pessoas, mas têm sessões na Casa do povo, do Poder Legislativo, que não tem absolutamente ninguém; somente, quando tem, são os assessores dos vereadores. Nós temos a Lei 5900/2023, que cria no âmbito do Poder Legislativo a Comenda Levino Pedro Pequeno. Nós temos uma comenda na Câmara de Vereadores para homenagear mães de santo, pais de santo, que leva o nome do Senhor Levino, que era uma pessoa que trouxe pra cidade de Patos a iniciação das religiões de matriz africana, residiu por toda a sua vida ali no Bairro da Vitória, no São Sebastião, e tem toda uma história para caracterizar. A Câmara de Patos fez essa homenagem, que aqui nós temos como fazer essas homenagens periodicamente aos terreiros com essa Comenda, que eu acredito ser uma comenda justa, e que muito importante para os povos de terreiro. Nós temos aqui na Câmara também a Lei nº 5.869, que declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do povo patoense as religiões de matriz africana e influência africana. Ou seja, nós temos na Câmara Municipal de Patos uma lei que diz que as religiões de matriz africana, a religião de vocês, é um patrimônio imaterial do povo patoense. Essa lei é muito importante, inclusive, para política pública que o governo municipal possa implementar para vocês, destinação de recursos e tantas outras coisas. A Câmara precisava fazer esse reconhecimento, e foi feito também no ano de dois mil e vinte e três. E nós temos aqui, por último, o dia municipal de combate à intolerância religiosa, a ser realizado anualmente no dia dezesseis de novembro, e cria o Comitê municipal de respeito à diversidade religiosa, que está em vigor, que é a Lei nº 6.044/2023. Quando o senhor traz aqui a necessidade desse comitê, a Câmara já criou em dois mil e vinte e três; nós já temos esse comitê. O que está faltando? E aí eu levo como uma dica aqui, Thiago, para você, para Jéssica, como secretária da Mulher e da Diversidade Humana, para Sávio, que está na Secretaria Executiva de Articulação Social, a implantação desse comitê, que pode ser uma das pautas e fruto dessa audiência pública. Esse comitê é muito importante para que essas políticas públicas afirmativas, mãe Adriana, possam chegar nos terreiros, possam chegar de forma forte no povo de terreiro e, com isso, vocês se sentirem muito mais assistidos por parte do poder público. Essas são leis municipais, mas nós sabemos que existem leis muito importantes para vocês estarem aqui, que é a nossa Constituição Federal. A nossa Constituição Federal diz que o Brasil é um país plural, é um país com diversas religiões. Nós não temos uma religião única no Brasil, nós temos diversas, nós temos inúmeras religiões. Nós temos também, que o senhor fez referência na sua fala, o Estatuto da Igualdade Racial, que é a Lei nº 12.288/2010, que foi um marco, que trouxe muitos benefícios para essa igualdade racial, contra o crime de racismo e tantos outros crimes que eram cometidos em virtude de raças, de povos. Enfim, são leis federais, pois nós sabemos que existem leis estaduais, um arcabouço de leis municipais e, quando isso se soma, o que falta aqui são afirmações, são realmente as políticas públicas chegarem; mas não falta legislação que possa acobertar e reconhecer a importância de vocês em nosso país, em nosso estado. E eu falo em nome

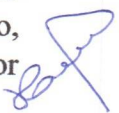


da cidade de Patos, em nome do Poder Legislativo, não falta do Poder Legislativo a atenção para com vocês, nós estamos aqui fazendo nosso papel. Então, Thiago, como ele trouxe aqui essa cobrança com relação ao comitê, eu digo a você: trate com os secretários, aproveite a oportunidade. Jéssica vai levar isso como uma das ideias que podem surgir, porque aqui nós temos que trazer algo concreto. Eu não gosto de vim para Audiência Pública pra gente não sair daqui com alguma coisa direcionada, porque se a gente ficar discutindo, discutindo e não ter nada de concreto, vai ser tão somente uma discussão como qualquer outra. Nós precisamos Jéssica, que saia daqui essa decisão de vocês implantarem esse comitê, haja vista a cidade de Patos tem uma lei. E com relação ao que foi trazido por Perla, com relação a lei que modificou a nome da Secretaria da Mulher, Perla, que eu fui o relator da lei e, de fato, você está correta quando diz que no corpo da lei, a justificativa é muito mais direcionada a comunidade LGBTQIAPN+. De fato, a justificativa, todo o corpo da lei é mais direcionado a comunidade LGBT, mas que a diversidade humana, o nome por si só já diz, é diversa. Então a gente precisa que seja feita, Jéssica, essa correção. Enquanto Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, eu sou o relator, todas essas leis que eu disse a vocês que têm na Câmara, que versam sobre o interesse de vocês, foram leis que eu fui o relator, então eu as conheço. E a lei que modificou o nome da secretaria também fui eu o relator. Então, eu quero dizer que a comissão, a CCJ desta Casa, está de portas abertas todas as quartas-feiras, a partir das oito horas da manhã, para que quando essas leis chegarem aqui, a gente possa sentar com vocês, trabalharmos, ouvirmos a necessidade e emitimos um parecer, seja modificando a lei, trazendo emenda, fazendo algo que atenda o que de fato vocês almejam, enquanto população, para que a gente possa aprimorar tudo isso, e a atender vocês da melhor forma possível. Enquanto CCJ, saibam que vocês têm nesta Casa um vereador parceiro, um vereador que se preocupa sim, com as causas sociais, e que quer que essa Câmara seja uma Câmara plural, uma Casa de Leis. Aqui na frente e aqui no plenário vocês não estão vendo nenhum símbolo religioso, porque aqui é um parlamento plural, e a gente precisa que isso fique muito forte e muito claro". Com a palavra, o **senhor Thiago** disse: "Eu queria primeiramente agradecer a atenção da Vereadora autora, à época, quando eu a procurei para criar essas leis, que fui eu que sentei com ela e trouxe de outro município, que foi Salvador. O Comitê eu cobrei, mas não foi executado, como também levei ao conhecimento da Secretaria de Cultura a lei de patrimônio imaterial do município, para que se ela chamasse as comunidades de terreiro para falar com o próprio Prefeito, inclusive tenho enorme e eterna gratidão ao Prefeito Nabor Wanderley, que nunca deixou de me ouvir pessoalmente, ao chegar e dizer o que está se passando, e ele me negar. Mas o comitê não foi criado. É de fato e notório que nunca foi criado nada a esse tocante. Quero cobrar e também agradecer a Tide, por essas leis e pela articulação dela na aprovação, porque nós sabemos Tide, que dificultoso sair uma lei aqui para povos de terreiro, até porque a própria vereadora autora me procurava todas as vezes, e me dizia quem falava e quem não falava quando se tratava de lei de povos de terreiro. O que chegava a minha pessoa era isso, por isso é que eu tinha essa imagem ruim da Casa do Povo, porque o chegou a mim, foi que todas as vezes em que se falava de leis para povos de terreiro, uns não queriam, e tudo mais. Mas eu jamais tenho imagem ruim da senhora, até porque conheço a senhora, eu moleque, andando na Cinco de agosto, dancei na sua quadrilha, então eu sei do seu caráter, da sua personalidade, e também não dei ouvido a essas coisas, porque eu conheço a senhora de perto. A senhora também me conhece de perto. Mas também quero agradecer pela acessibilidade de Jéssica, porém, quero cobrar que dentro da própria secretaria coloque pessoas capacitadas, para que entenda o que é

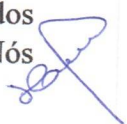
diversidade, porque não adianta ser criada uma secretaria, mas não tem o funcionário que realmente saiba com o que está lidando, saiba qual é a situação do povo de terreiro. Não adianta, não vai para frente. Foi igual a cultura, o atraso da cultura, que, graças ao meu orixá, pai Xangô, kaô, kabecilê, tirou uma pessoa que não tinha cultura, que nos discriminava. Inclusive, está aí, vai responder no Ministério Público, que é a ex-secretária de cultura, pelos crimes cometidos contra nós. E nós entramos e, graças ao meu Orixá e pai Xangô, o Excelentíssimo Prefeito ouviu o povo de terreiro. Mais é isso, eu quero a capacitação de profissionais, porque não adianta ter a secretaria, chega eu, Mãe Adriana, Pai Luizinho ou quem quer que seja, hoje estou na condição de representá-los, mas não adianta chegar lá, cruzar os braços e pronto, e dali só ficar na conversa. Tem que ter um comitê, e que esse comitê, e nele sejam colocadas pessoas da diversidade, pessoa da área, não que sejam apenas cargos políticos ou indicativos. É essa a minha indagação. Mas eu quero agradecer a Ítalo, mais uma vez, o senhor nunca me deu um não; também a Maikon Minervino, a própria Brenna, meu aperreio de todos os dias, que eu cobro direto. Se ela arranhou um eleitor que cobra, sou eu, não é Brenna? Dia e noite eu cobro pelo povo de terreiro. E é isso, essas leis existem, mas não são executadas; não existe o comitê. Também cobrar da secretária Jéssica, que nosso amigo Thiago já deixou com ela, todo prontinho, o Conselho da diversidade, e que ainda não foi colocado pra frente. Também cobrar aqui a Sávio, que já está aqui, eu também encaminhei para a própria secretária Jéssica, o dia que institui o Estatuto da Igualdade Racial e Combate à intolerância Religiosa no âmbito do município de Patos. Eu mandei sim para o gabinete, o gabinete toda hora que me responde é: 'daqui a quinze dias', e, nessa brincadeira, já faz um mês, e nada foi criado; e também eu não estou vendo nada do tipo chegar até esta Casa, até porque eu vivo atualizando as leis da Câmara e os Requerimentos, para ver se chega, e não chega Tide, não chegou ainda". A Senhora Presidente solicita de o mesmo repetir as palavras, uma vez não ter entendido. O senhor Thiago disse: "Na última que em que estive com Jéssica, eu mandei o Projeto que vai instituir o Estatuto da Igualdade Racial e combate à Intolerância Religiosa no âmbito do município, já tem mais de um mês e meio que está lá, e todas as vezes que pergunta, é: 'daqui a quinze dias', 'não sei quem está elaborando', 'não sei quem está tirando isso, tirando aquilo', mas não chega. Esse Estatuto foi feito por uma deputada estadual de Salvador, Olívia Santana, que me enviou o Estatuto do município de Salvador, e eu queria que Patos tivesse isso, porque não existe terreiro de agora, existe terreiro desde a década de setenta, e até hoje só existiu essas leis por conta de minha briga". A Senhora Presidente disse: "Thiago, eu vou até defender Jéssica aqui, porque esse Projeto do Estatuto não parte exclusivamente de Jéssica, porque este Projeto tem que vir do Executivo". O **Senhor Thiago** explicou: "Eu pedi a ela apenas a articulação, e das mãos dela passou para o Procurador". A senhora Presidente disse: "Creio que esse Projeto esteja na Procuradoria, para se fazer os estudos. Faz-se o estudo, manda para o gabinete do Prefeito, e no momento em que o Prefeito assina, muitas vezes falta apenas o ofício para que o Prefeito assine, para que seja enviado. Eu creio que não tenha nenhuma dificuldade desse Projeto chegar aqui". O **Senhor Thiago** ainda disse: "Como também sugeri aqui, a criação do sistema municipal de registro e salvaguarda do patrimônio cultural e instituir o programa municipal da salvaguarda imaterial no âmbito do município, e a criação deste estatuto. Eu só queria a articulação". A Senhora Presidente disse: "Nós já reconhecemos a SECAB, é assim que chama?". O **Senhor Thiago** disse: "Na época era a congregação de Umbanda, e com a alteração, porque se tornou a nível de estado, e aqui também eu quero aqui, mencionar o meu governador João Azevedo, por este reconhecimento, mas também a deputada do PT Cida Ramos". A Senhora Presidente



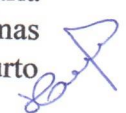
disse: “Eu não entendi, a SECAB que nós reconhecemos de utilidade pública?”. O **senhor Thiago** disse: “Mudou de nome, na época era um nome, e agora mudou para outro. É o mesmo CNPJ, mudou só o nome. Eu queria deixar registrado o agradecimento ao governador João Azevedo, e que hoje, além do município, que eu tenho gratidão ao Prefeito Nabor, que nos reconheceu como utilidade pública do município, e o governador também nos reconheceu a nível de estado, porque nós já chegamos em cinco municípios no Estado. Então, a SECAB todos os dias vem avançando pelas ações e a busca ativa por políticas públicas igualitárias do povo de terreiro”. Com a palavra, o **Vereador Ítalo Gomes** disse: “Senhora Presidente, voltando para finalizar a minha fala. Thiago, só um adendo, quando você me pede a fala, e fala que os Projetos que versam sobre os interesses dos povos de terreiro têm dificuldade em tramitar na Casa, eu quero te dizer que essa informação não é verídica, sabe por que, Thiago? Todas essas leis que eu acabo de trazer para cá, foram aprovadas, por unanimidade, pelos pares. Então, em dois mil e vinte e três, não houve nesta Casa nenhum vereador que votasse contra nenhuma lei dessas. Para que vocês entendam, dos dezessete que estavam sentados aqui, nenhum vereador que votou contra um Projeto de Lei que versa sobre o interesse de vocês. Com relação a essa dificuldade na tramitação, eu quero te dizer que não é verdade. Eu não sei como a informação chegou para você, eu sei a partir do que você falou, e até respeito, mas eu quero te dizer que todas elas tramitam aqui nesta Casa em tempo recorde; todas elas tiveram parecer pela constitucionalidade em tempo recorde. Se tem alguma lei de interesse da associação que tem que vir de autoria do Prefeito, aí não cabe a nós vereadores opinar sobre isso, porque é de autoria do Prefeito. A gente está aguardando aqui aguardando a lei chegar; quando a lei chegar no protocolo, ela é lida aqui, e encaminhada para a comissão, e eu garanto a você e garanto a todos vocês, que a na hora que chegar a lei, qualquer lei de interesse, sendo constitucional, se chegar numa segunda, na terça já é votada, porque eu não faço questão de dar o parecer, em tempo recorde, para isso acontecer. Mas quero só que você entenda que esta Casa está aberta sim, a recebê-los sempre. E que bom que Perla disse: ‘Vocês abriram as portas, agora aguentem, porque a gente vai vir mais vezes’, que venham mesmo, Perla, esta Casa está aberta para receber sim. É direito de vocês sentarem nessas cadeiras. Aqui não tem segurança proibindo a entrada de ninguém, esta Casa está aberta, escancarada, para dentro do nosso limite, enquanto Poder Legislativo, fazer algo que posa cobrir e acobertar o que vocês tanto almejam, que é essa igualdade, que é essa paridade de direitos que vocês tanto buscam. Senhora Presidente, eu quero aqui, para finalizar, dizer que esse momento é um momento muito importante. Parabenizo os envolvidos, parabenizo as pessoas que estão na organização. Dizer que políticas públicas, secretária Jéssica, são ações concretas de combate à discriminação ao povo negro e aos povos de terreiro, e contribuem para romper a invisibilidade, resgatar a identidade, respeitar território e reconhecer o direito de manifestar religiosidade e cultivar o sagrado da forma que vocês escolherem. Essa é política pública que a cidade de Patos tem para atender. E nós estamos aqui para isso, vocês contam conosco, contam com o nosso mandato, saibam que aqui, e é de conhecimento de todos os vereadores desta Casa, eu sempre fui um vereador que vejo com outros olhos a minoria, porque nós precisamos dar atenção às minorias, que são pessoas que precisam dessa atenção, que precisam que o poder público esteja voltado a essas políticas públicas. E não é somente o Poder Legislativo, nós precisamos do Poder Executivo, e pelo que eu conheço o Prefeito Nabor, é sim um prefeito que abre as portas do seu gabinete, vai às comunidades, conhece os terreiros, conhece as mães de santo, conhece os pais de santo, e sabe das necessidades de cada um de vocês. O Prefeito Nabor



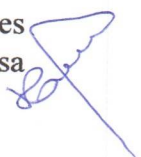
sabe, e é conhecedor de tudo isso. Eu não tenho dúvidas nenhuma que dentro do governo, que é um governo abre as suas portas, que enxerga as minorias, que tem esse interesse, com certeza, Thiago, dentro de uma política afirmativa e de uma articulação bem feita, todos esses direitos vão ser assegurados. Dentro do que o município puder fazer eu não dúvidas nenhuma, pelo o que eu conheço de Nabor, que ele vai sim garantir isso a vocês. E não é favor, é uma obrigação, secretária, Sávio, nós sabemos disso. Agora que a dívida do Brasil com o povo negro, com o povo de terreiro e com minorias, é uma dívida que jamais vai se conseguir pagar. Então cada dia é um dia importante para que a gente possa conquistar dias melhores. E que logo, logo, que vocês não precisem vir a esta Casa para lutar por direitos, mas voltar aqui para que a gente possa fazer um momento de louvor, de alegria, de animação e comemorar aquilo que a gente tem de concreto, que o que vocês tanto almejam, que são políticas públicas afirmativas para trazer dignidade e respeito. Muito obrigado, Senhora Presidente”. Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra a professora **Ana Célia**, que disse: “Boa noite, a todos, todas e todes. Cumprimento a Presidenta da Mesa e a nossa Vereadora Brenna, e com respeito aos vereadores homens que estão aqui, Perla, nossa referência, a nossa secretária de Políticas para as Mulheres e Diversidade Humana, Dra. Jéssica, mãe Adriana, nosso Rei André, em nome de quem eu cumprimento toda plateia, todo público que está presente, e à nossa ciência, eu cumprimento meu chefe e professor da Universidade Federal, professor Luciano Brito, que faz parte de nosso grupo de pesquisa. E já me sinto convidada e me sinto satisfeita por esse convite de estar aqui. Fui pega de surpresa, Perla, eu não sabia que viria para cá, inclusive estou com um problema sério, acabei de fazer uma cirurgia, foi terrível, mas ativista não tem direito de adoecer, Brenna, e a gente está aqui. Fico muito feliz, mãe Adriana, por esse espaço de audiência pública, e ao mesmo tem fico muito triste porque numa Casa de criação de leis, fiscalização de leis, nós temos poucos ativistas aqui que respeitam nossa população. O Brasil é gigante por natureza, o Brasil é diverso, e eu tive a oportunidade de participar de uma ação da Secretaria de Políticas para as mulheres, e hoje Diversidade humana, onde a gente ofereceu umas propostas, a gente discutiu, inclusive, tudo isso que foi posto aqui, eu acredito por uma questão temporal isso provavelmente vai vir à tona, talvez na fala da secretária. Mas eu queria fazer algumas colocações em cima de várias falas que tiveram aqui. Nós não lutamos por direito, nós lutamos por respeito, porque direito nós já temos. Eu tive a oportunidade de nascer numa família branca, numa família militar, e eu sou do pós-ditadura. E uma vez eu falando numa mesa, e uma muito querida minha, olhou assim, e disse: ‘Você é branca’, aí na minha fala eu tive a oportunidade de dizer, Maikon: eu sou parasitologista, o meu tegumento é branco, mas os meus tecidos são pretos, amarelos e para não dizer, algumas vezes invisíveis, incolores, não é isso, Samara? Muitas vezes os ativistas precisam ser invisíveis para poderem serem vistos, muitas vezes acontece isso. Então, essa Audiência de Políticas Públicas, no meu ver, ela é essencial no sentido de fazer valer as leis que a gente já tem desde o descobrimento do Brasil, Perla. Nós temos o direito à vida, nós temos como brasileiros e brasileiras, o direito à vida. A diversidade, mãe Adriana, a gente não precisa colocar nome, política pública a gente não coloca nome, Presidenta, a gente coloca povo brasileiro. Nós somos todos afro-indígenas, todos, não existe ninguém aqui que não tenha no seu sangue afro-indígenas. Isso no Brasil, isso na América Latina, nos países Caribenhos, na Europa, na América do Norte, professor Luciano me corrija, se eu estiver errada. E nesse sentido, a Universidade Federal de Campina Grande, sob minha coordenação e uma equipe maravilhosa que nós temos, nós temos andado de braços dados com a representação afro-indígena, a gente defende justamente essa diversidade. Nós



temos hoje, comprovadamente cientificamente, que se não houver fé não existe saúde, se não houver fé, não existe democracia, se não houver fé, não existe nada, mãe Adriana, que justifique o estar de pé em qualquer que seja o território. E isso se traduz justamente pela diversidade de raças, pelas etnias, pelas cores da pele, pelas falas de lideranças. Na Casa Legislativa, aí eu fico um pouco estarecida de a gente ter que fazer comissões para fazer valer uma lei. A lei está posta, e a função legislativa é fiscalizá-la. Talvez, Vereador, essa comissão possa acelerar. Aí eu peço como política pública vocês não só fiscalizem as que estão vigentes para o bem, mas nós temos nesta Casa legislações aprovadas e que estão valendo contra diversidade na educação, Samara, onde, nas escolas desse município é proibido pela 'lei', falar em diversidade, secretária. Então eu penso que a gente, enquanto povo, precisa trazer as demandas e a gente precisa conversar com o Legislativo para que sejam revistas também, Maikon, você é advogado, você sabe disso, Dra. Brenna, que a gente precisa retroceder para avançar. Eu não posso chegar numa escola, que tudo isso que está acontecendo aqui, gente, é falta de educação, é falta de cultura, é falta de conhecimento, e a gente só tem isso se a gente tiver educação. Então, as nossas escolas de Patos, assim como em vários municípios do Brasil, não permitem a fala da diversidade. E aí eu fico preocupada, sabe, Perla e mãe Adriana, como eu vou fazer, uma professora, um professor, que não admite o culto afro-indígena defender a diversidade dos povos que são nossos ancestrais. Elton falou uma coisa muito importante, que se chama 'Educação e capacitação', Vereador. Se nesse município nós não educarmos o serviço público, seja de qualquer segmento que for, da Secretaria de Diversidade, da Secretaria de Saúde, para entender a diversidade brasileira, a gente não vai avançar. Não adianta Perla, não adianta Thiago, está aqui todos os dias, pedindo, porque vocês já fizeram algumas leis e elas não foram executadas. Então a gente precisa entender porque isso acontece. E lá na universidade, eu considero que é um território mais diversos que nós temos em qualquer lugar, Samara, chama-se universidade pública, gratuita e mantida pelo governo popular, atualmente do presidente Lula. Então é naquele espaço. Hoje nós temos esse grupo reconhecido nacionalmente pela CNPQ, onde nós trabalhamos o chamado compe religioso, que não é só afro-indígena, compe religioso é dos evangélicos, dos católicos, onde a gente mostra que quando a gente é acolhido na nossa fé ou na nossa espiritualidade, nós avançamos, Samara, muito na cura de doenças. E nós temos desde dois mil e vinte e três, uma Resolução do Conselho Nacional de Saúde, que reconhece e acolhe todas as práticas afro-indígena como resultado de cura para toda população brasileira. E agora, recentemente, o conselho mais ortodoxo que existe no mundo, que é o Conselho Federal de Medicina, reconhece isso. Então, vamos trazer como proposta, nesse momento eu concordo plenamente, não adianta a gente está discutindo e nada. Eu não penso que a gente, vindo aqui, pedir toda hora, mas talvez saísse desta Audiência Pública um pacto municipal pela diversidade humana. Aí eu incluo a população, você pode ficar à vontade, para não fazer como meu menino, que eu sou uma mulher cis, e meu filho, muitas vezes, fica: 'Mãe, com quantas letras começa agora, eu estou perdido na quantidade de letras'. Então pode ficar à vontade e dizer LGBT, que nós vamos entender tudo, se quiserem dizer oficialmente LGBTQIA+. Então diversidade não é só LGBT, não é só população afro-indígena, não é só negro, não é só quilombola, não é só indígena, diversidade é tudo, Brenna. E na reunião que a secretária fez de prospecção da ação da Secretaria, nós colocamos lá, que precisamos urgentemente que essa secretaria, que foi ampliada em nome, seja de fato povoada de diversidade, porque fica muito difícil para a secretária conversar sobre política da mulher, conversar sobre LGBT, resolver problemas relacionados à religiosidade, espiritualidade, é muito complicado fazer isso. Eu me furto

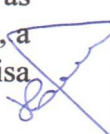


a atirar pedras nesse tipo de modelagem que existe nas secretarias. Finalizando, minha proposta, enquanto cidadã, aqui não é a universidade, não é a pesquisadora, é que a gente saia daqui com um pacto para discutir a diversidade humana. Aí, Elton, entra em todas aquelas propostas que você colocou aqui, que foi fantástico o que você fez, para que a gente possa efetivamente respeitar. Nós precisamos apenas de respeito. Então, qualquer que seja o município, qualquer que seja o território, respeitar a base. E outra coisa, que eu não posso deixar de falar também, eu faço parte do chamado controle social da base, Tide. Eu sou formadora popular para o SUS, então quem é ativista do SUS, sabe o que é ser ativista. Por que o SUS funciona? Tem os percalços, mas porque ele funciona? Porque nós temos um controle social, Vereadores, forte. Então nós precisamos dos conselhos, que é quem representa esse controle social, e isso vai fortalecer a Secretaria de Políticas para as Mulheres e Diversidade. Na minha opinião, deveriam ser duas secretarias, porque a gente tratar de mulher e tratar de diversidade é complicado. E quando a gente coloca uma secretária, um secretário e coloca adjuntos, Sávio sabe disso, a coisa fica mais complicada ainda, porque fica no terreiro, com todo respeito, quem manda? Aí isso dificulta as políticas públicas. Secretaria Executiva é complicado de ter, uma gestão manter uma Secretaria Executiva. Nós estamos aqui com Sávio, ele sabe disso, porque é uma secretaria que não tem recursos, é uma secretaria ligada a gabinete, e o recurso é diferenciado. Eu fui gestora federal, eu sei disso, não estou falando nada errado, mas não é como uma secretaria comum. Já imaginou uma Secretaria Executiva com outros executivos? Aí a coisa fica complicada. Então, eu deixo a proposta, a gente já conversou sobre isso, Perla, mãe Adriana, que levem esse pacto, levem a proposta, eu tenho certeza que Nabor é um prefeito e é um político prospectivo, e em ser prospectivo, ele ouve, isso é muito importante, e executa dentro da possibilidade. E com a Câmara, que aí eu respeito as mulheres que estão nela, no nome dos nove vereadores que estão aqui, para que exista o respeito dessa diversidade. Para concluir, eu gostaria de dizer para vocês o seguinte, e levando em consideração nossa ancestralidade, se o município, o estado e um país não respeita a sua ancestralidade, ele não existe. Nós temos que respeitar a nossa ancestralidade. O que é que eu peço para vocês? Deixem florescer, reflorestar suas florestas interiores. Então, a partir da hora, mãe Adriana, que a gente faz nossa floresta interior crescer, se reflorestar, a gente vai entender a diversidade humana. Se a gente não tem a capacidade de reflorestar nossas florestas interiores, a gente vai continuar todo dia nessa disputa de quem manda, de quem faz, porque a diversidade já está aí, ela é grande, ela é posta, e a gente tem que lutar; a gente só não pode é continuar com a cuia na mão, pedindo as coisas, a gente só precisa ser respeitado. Obrigada”. Com a palavra, a **Vereadora Brenna Nóbrega** disse: “Desejar boas-vindas ao professor Luciano, seja muito bem-vindo a esta Casa. Meu amigo que está lá, sempre acompanhando os trabalhos, está sempre nos elogiando Tide, batendo as palminhas. Eu disse: isso é professor Luciano que está ali? Aí Maicon disse: ‘eu não estou enxergando bem’. Aí quando professora Ana Célia falou, eu tive a certeza. Seja muito bem-vindo, meu amigo, a esta Casa”. A professora **Ana Célia** disse: “Eu vou me ausentar, porque eu estou cirurgiada, e está complicado ficar aqui até esse momento, mas ativista tem que estar colocando o sangue para fora. Muito obrigada a todos”. A Senhora Presidente disse: “Somos nós que agradecemos, professora. É sempre um prazer ouvi-la”. Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da tribuna **Mãe Adriana**: “Boa noite a todos. Gente, eu vim para cá, porque se eu ficar sentadinha ali, ninguém vai me ver, minha estatura não permite, então aqui fica mais visível. Eu quero saudar a todos, a presidentia Tide, a todos os nobres vereadores que aqui se encontram. E dentro do Candomblé, e dentro da Jurema, nossa

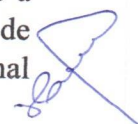


saudação é sempre a benção. Nós trocamos benção, na verdade. Então, quando nos se encontramos dentro do terreiro, ou em qualquer lugar, nós pedimos a benção e nós abençoamos. Então, a minha benção a todos aqui presente, e que mãe Iemanjá e a Jurema Sagrada possamabençoar a todos. Eu sou mãe Adriana, sou yalorixá e Juremeira, mas aqui quem fala não é mãe Adriana, até porque essa luta, essa causa, já vem de longas datas. Então quando a voz de mãe Adriana fala, ela é emprestada aos meus ancestrais. Eu sempre fico muito emocionada porque é difícil você trazer à tona tantas dores, tantas lutas, e ao mesmo tempo eu fico muito feliz, porque quantos frutos nós estamos colhendo. Eu acredito que o otimismo, que a harmonia, que o apaziguamento, partem da essência dos nossos ancestrais, porque vejam só, quando os reis, rainhas, príncipes, princesas, que foi assim que o Candomblé chegou aqui, foram arrancados de sua terra natal, jogados no porão de um navio negreiro, desembarcaram aqui, foram apartados de suas famílias, e foram colocados dentro de uma senzala, todos ali de etnias misturadas, para que não houvesse comunicação, diálogo, e, assim, não houvesse harmonia, que eles não pudessem forma irmandade. Então, se eles não tivessem dentro deles uma coisa chamada esperança, fé e otimismo, eles teriam desistidos, eles teriam desistidos deles mesmo. Então, baseada na essência dos meus ancestrais, eu me faço feliz no dia de hoje. Minha fala vai se resumir, se limitar de fato ao que eu sou, a vivencia da ialorixá, porque aqui já foram faladas grandes autoridades, que fizeram suas falas muitos pertinentes, respostas foram dadas, então aqui os questionamentos, as cobranças e os desabafos já foram feitos. E respondendo a sua pergunta a Perla, presidenta Tide, a ialorixá e o babalorixá, nada são mais que mães e pais, que adotam a sua comunidade. O terreiro não só é composto por seus adeptos, praticantes da religiosidade, o terreiro é toda uma comunidade. A grande preocupação dos sacerdotes e sacerdotisas do culto, quando a algum tempo atrás queriam vetar o sacrifício animal dentro dos terreiros, era: 'e agora, o que o nosso povo vai comer?', porque quando o sagrado se alimenta, todo a comunidade se alimenta. Então, o terreiro nada mais é do que um grande quilombo, uma grande senzala, aonde acolhe a todos. Ser ialorixá é você ter que dar nó em pingo de água. Nós estamos no mês de março, e se a mulher já tem o seu sofrimento, a sua fragilidade e a sua força de resistência, ela já sofre, imagine você ser mulher de periferia, candomblecista e juremeira, o peso de torna maior. Mas Deus só dá o frio quando ele também dá o cobertor. E graças a força, graças a resistência de muitos e muitas, hoje nós estamos aqui neste debate tão feliz. Que coisa linda! Eu tenho certeza que a nossa ancestralidade, aonde estiver, ela deve está em festa. E por estar em festa, nós, no terreiro, rezamos através do canto, se a gente estiver feliz, a gente canta, se a gente tiver triste, a gente canta. E eu queria convidar vocês, que já estão aí tudo quietinho, vocês sabem que eu sou da agitação, e está todo mundo tão quietinho, todo mundo só ouvindo, para que a gente pudesse invocar agora, pra que a gente pudesse fazer uma louvação ao orixá Xangó, por ser o orixá da justiça e, no meu ponto de vista, o maior político da época dos orixás, porque foi o orixá que mais conquistou reinos e que mais se fez prevalecer. Então, eu conto com vocês todos, com o nosso ogã ali, que está dando o nome, para que a gente possa louvar Xangó: 'Oba Kao Oba Kao Kabiyesile Oba Ni Kole Oba sere Oba Njeje Se re Alado Bangbose O wo bitiko Osé Kao O Kabiyesile'. É dessa forma que rezamos e invocamos Xangó para pedi que abençoe a todos vocês que fazem e que estão a frente, que não é fácil fazer o resgate de uma luta que vocês também carregam, mas que vem lá do passado. Hoje, vocês que estão nessa frente de batalha, tendo que responder por atos que foram cometidos lá atrás, assim como nós estamos aqui também nessa frente de batalha, buscando o pagamento dessa dívida social, que ela existe. Fiquei muito feliz em saber que o dia cinco de junho será dedicado a Jurema, ao jurameiro.

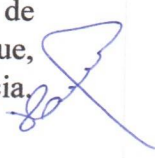
E a Jurema é um culto próprio, é um culto nosso; a Jurema é uma árvore sagrada, mas ela também é um reino e, de fato, ela é uma religião. E dentro da Jurema Sagrada, nós temos vários nomes que se destacam nessas lutas de tantos e tantos anos, nós temos Dandara, já que estamos falando do mês de Março, mês das mulheres, tantas outras, que se for citar o nome, eu vou esquecer, mas o próprio Candomblé desembarca aqui, e começa dentro de um matriarcado, através de Iyá Nassô, yá Adetá e Iyá Kalá, que trazem o Candomblé, foram três princesas que foram alforriadas pelo seu próprio povo, e deram início as casas de Candomblé e ao nosso culto. Então, o matriarcado aí, à frente. E dentro da Jurema também, a gente, que faz o encontro de juremeiros, esse ano vai o terceiro ano, Presidenta, e aqui tem muito juremeiro, viu, gente, de louvar Malunguinho, porque todo encontro de juremeiro é dedicado a Malunguinho”. Após proferir um canto próprio da jurema, a Oradora disse: “E eu faço a conclusão da minha fala, para que não se estenda mais, diante até do horário que já estamos, nesse sentimento duplo, nesse sentimento que ora ainda é um pouco de tristeza, por tudo que ainda falta avançar, por tudo que foi acontecido, mas também de esperança, mas também alegria, mas também de otimismo, mas também de gratidão. Muita gente diz assim: ‘faltaram tantos vereadores’, para mim não faltou ninguém, aqui está quem tinha que estar, aqui está quem é do povo, para o povo e ao povo. Então são esses nomes aqui que têm que ser lembrados, os outros, o que passar, passou. São essas pessoas que estão abraçando a causa, e são essas pessoas que nós vamos vibrar a nossa energia positiva pra que vocês possam ser abençoados pela espiritualidade. E muito obrigada”. Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da tribuna a **Senhora Josa**: “Eu não sou tão pequenininha, mas sou professora, e professora gosta de falar em pé. Então meu boa noite a todos e a todos. Saúdo aqui os vereadores na pessoa de Tide, da proponente, Brenna, e saúdo quem está aqui, na pessoa da presidente do conselho da mulher, Samara, e a vocês que estão aí. Muito me alegra ver esta Casa lotada de um público jovem. Estou feliz, pois, para mim, foi uma noite de aprendizado, muito aprendizado hoje. Estou representando, como o meu lugar de fala, o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, e também a Pastoral da Pessoa Idosa da Igreja Católica. Ouvi muitas coisas aqui, bonitas, interessantes, que em toda minha formação cristã e religiosa, recebi. Devo muito a minha igreja, porque tive oportunidade de, nos meus estudos teológicos, compreender um pouco de raízes de matrizes africanas. Hoje estou como professora de ensino religioso. E quanta coisa boa eu vou poder levar para os meus alunos, lá no Coriolano de Medeiros, uma escola estadual, muito aprendizado. E como a gente já falou muito, viu muitas dores, e eu conversava ali com meu esposo, colocando as fotos, e dizendo: hoje foi uma noite de grande aprendizado para mim. Eu tive a oportunidade de, com vocês, aprender um pouco de tudo aquilo que são dores para vocês, tudo aquilo que representa a intolerância religiosa. E uma das coisas que eu gostaria só de lembrar, dentro dessa questão da ignorância e intolerância religiosa, que quando as pessoas não compreendem as crenças e práticas de outras religiões, podem desenvolver preconceito e intolerância, fanatismo religioso. Algumas pessoas interpretam erroneamente sua própria religião como superior as outras, e justificam a discriminação com base nessas crenças. Tudo que vocês falaram, numa linguagem que deu para todo mundo entender, e que muitas vezes os teólogos não conseguem verbalizar da forma que vocês verbalizaram. E gostaria como coisa bem concreta, a professora Ana Célia falava aqui num pacto, e na minha compreensão vinha essa ideia, só que na minha cabeça eu estava elaborando tipo dessa audiência aqui, um protocolo, onde a gente pudesse fomentar, desenvolver, as políticas públicas desse grupo que está aqui, de religiões de matrizes africanas. Então, a gente já viu que existe muitas leis, o Vereador Ítalo já colocava, mas a gente precisa



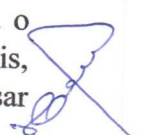
fomentar isso, implementar e fazer valer. Eu acho que o papel desta audiência, nesta noite, será esse, da gente torna isso de forma bem concreta. Enquanto o Conselho Municipal de Direitos das Pessoas Idosas, eu me comprometo com os povos de terreiro de ir até esse grupo, para visitar as mães e pais, que são aqueles que nos ensinam muito, e que vocês tomam a benção. Dizia agora Anchieta, que estava emocionado porque vocês dão a benção e recebem essa benção. Isso é muito importante, o ambiente de hoje alegre. E quando eu estudei a cultura de matrizes africanas, eu aprendi uma música que ainda hoje eu canto, lá nas bases, quando estou fazendo os encontros de Pastoral da pessoa idosa. E eu fui no grupo, e encontrei a música. Então, se o pessoal que toca tambor quiser me acompanhar: 'eu vou tocar minha viola, eu sou um negro cantador, o negro canta, deita, e rola, lá na senzala do senhor; dança aí, nego nagô, dança aí, nego nagô, oh, oh, oh. Tem que acabar essa história que nego é inferior, o negro é gente, quer escola, que é dança samba e ser doutor, dança aí, nego nagô, dança aí, nego nagô, oh, oh, oh, dança aí, nego nagô, dança aí, nego nagô, dança aí, nego nagô. O nego mora em palafitas, não é culpa dele, não senhor, a culpa é da abolição, que veio e não libertou; dança aí, nego nagô, dança aí, nego nagô, oh, oh, oh'. Minha benção a todos vocês, axé, amém!'. Com a palavra, o **Vereador Maikon Minervino**: "Senhora Presidente, primeiramente cumprimentar Vossa Excelência por audiência pública em plena quarta-feira, onde nos convocou para que pudéssemos participar da audiência pública, relacionada às religiões de matrizes africanas. Antes de entrar um pouco no contexto social, jurídico, técnico do que estar acontecendo hoje aqui na Câmara Municipal de Patos, eu queria parabenizar não apenas a nossa presidente, que representa o nosso Legislativo patoense, mas os demais colegas vereadores que se fazem presente em um momento tão especial e gratificante. Conversava com a presidente, agora há pouco, se na Câmara de Patos já tinha acontecido uma audiência pública com um nível tão grande de debate. Sexta-feira tivemos a da saúde e, hoje, temos a das matrizes africanas. Minha amiga Miriam participou, pode acompanhar aqui, com meu amigo secretário Leônidas, e a Câmara Municipal tem deixado um grande recado para a população patoense. Aqui não é casa do vereador, aqui é a casa do povo patoense, aqui é a casa de vocês, seja do Candomblé, seja do LGBTQIA+, seja do médico, do advogado, da polícia militar, do professor, de quem quer que seja, aqui é o parlamento do povo. Então, primeiramente, senhora Presidente, eu quero parabenizar-lhe pela sessão, por ouvir, por dialogar e pelo debate que hoje aqui está acontecendo. Minha amiga Perla, você deu o contexto histórico social do que significa o Candomblé, discriminado, muitas vezes esquecido, na periferia da nossa cidade. Eu, nesta campanha de 2024, pude rodar um pouco em Patos. Venho de uma família de classe média, tenho minha formação, tenho minha família, confesso que antes de me tornar político, era advogado e, ainda hoje sou, porque política passa, daqui a quatro anos possa ser não esteja aqui neste local, mas minha profissão e minha dignidade permanecem, porque antes do Maikon, Vereador, tem o meu CPF, e a gente tem que honrar por aquilo que a gente quer. E meu pai sempre me dizia: meu filho, honra pelo teu nome, que é só o que tu tens, e nada mais'. Meu amigo, Luizinho, pude visitá-lo na campanha, pedir voto, infelizmente não foi desta vez que pode votar em mim, mas conheci o seu terreiro, assim como posso chamar, conheci o de Erinaldo e de várias e várias pessoas aqui presentes. Então a nossa diversidade cultural é uma diversidade que hoje está sendo quebrada. Então, a Câmara de Patos, ao recebê-los, a vocês se fazerem presentes, neste plenário, nesta noite de hoje, passe um lápis, o que era o Candomblé até hoje, e o que será o Candomblé a partir de amanhã ou a partir do final desta audiência pública. Aqui não tem nada de Macumba, aqui não tem nada de fazer matar, morrer, fazer o mal ou o bem, porque o mal



e o bem independente de religião; tem o mal e o bem na igreja católica, tem o mal e o bem no culto evangélico, tem o mal e o bem no candomblé, porque religião é religião. Cabe a nós, Tiago, termos o nosso culto, temos a nossa crença, e vai de quem acredita ou deixa de acreditar. Eu, particularmente, pude conhecer mais as matrizes africanas na campanha de 2024, e pude, Luizinho, comprar um livro que você me indicou, em uma visita que fiz, lá no seu terreiro, no Bairro do Jatobá, que foi: 'Os cantos de sá, sabedoria dos orixás'. Sou um cara que gosto de ler, sou bastante curioso e, quando eu venho falar sobre um tema, eu procuro entender o que eu vou falar, para que eu não chegue aqui ou em qualquer outro lugar e possa falar o que não sei, ou apenas escutar e refalar o que uma pessoa ou colega falou. Então, minha amiga Perla, seu contexto no Candomblé é social, é desde 1500, quando chegaram os escravos aqui no Brasil, através da África, África Central, e foram escravizados. Muitas famílias perderam os seus filhos, os seus pais, as suas mães, e vieram para o Brasil com uma única missão, serem escravos. Quem não lembra da escravidão? Os quilombolas, que tinham que cultuar sua religião africana, escondidos dos seus patrões, dos senhores de engenho, porque a mística era: isso é Macumba, isso é mal. Mas isso é mito, nós temos que aceitar a religião, esta Casa é a casa do povo. Nós somos um país laico, não temos religião definida, nossa Magna Carta, nossa Constituição Federal, quem vos diz isso não é o Vereador Maikon Minervino, nem o advogado que fala, quem diz isso é nossa Carta Magna, em seu artigo 5º, IV, V, VII, VIII, e por aí vai. Temos no nosso Código penal, minha amiga Samara, que também é advogada de profissão, que crimes contra a dignidade religiosa, hoje, são crimes inafiançáveis, capitã Gabriela, que lhe parablenizo pela condução da patrulha Maria da Penha. Já tive a oportunidade de lhe acontecer em uma audiência, que fizemos lá no batalhão, aonde a senhora era escrivã de um procedimento administrativo contra um colega, e nos tratou com maestria. Parabéns, se a senhora hoje está aí, é por merecimento. E quando adentramos para o que de fato é o Candomblé, o Candomblé nada mais é que o místico de cultura, de crenças e de religião. Patos, hoje, tem vários adeptos, muitos não estão aqui, não é porque têm medo do tambor, quando toca, simplesmente é por vergonha, mas quantos e quantos não vão lá na casa de Erinaldo, à noite, de madrugada, tomar um banho, jogar um búzio. Eu mesmo já fui, não vou mentir. Chego lá em Erinaldo, converso, tomo café, sento, brinco, dialogo, porque, pessoal, isso é mito, e quem acredita em mito é minha menina, que tem dois anos, porque a de sete não acredita mais não, já diz: 'papai, isso é mentira do senhor, isso não existe não'. Então nós temos presidente Tide, demais colegas vereadores, na pessoa de Brenna, na qual parablenizo pela propositura dessa audiência pública, tem a aprovação da Lei do dia do Juremeiro, nobre colega Jéssica, no dia cinco de junho será comemorado na cidade de Patos, por esse marco que a cidade de Patos começa a avançar. Escutava as suas palavras, Tiago, que passou um ex-secretário de cultura do município, que discriminava a religião. Confesso que, se assim acontecer, tenho pena dela ou dele, quem quer que seja, não pelo o que fala, mas por falar, às vezes, sem entender, mãe Adriana, a gente, principalmente quem está aqui no Legislativo patoense, tem que entender que nós somos representantes do povo. Eu não sou representantes apenas de quem apenas votou em mim, eu sou representante de todos vocês, e faço questão de participar. Hoje tive um dia muito corrido, de audiências, de reuniões, mas seis horas fui pra minha residência, tomei meu banho, troquei minha roupa, e vim aqui prestigiar, porque uma audiência pública de religiões de matrizes africanas, para mim, é a mesma coisa de uma sessão ordinária, que vai ter amanhã, de discussão de Projetos, de pautas do Executivo, de pautas do Legislativo. Você vai dizer: 'por que, Vereador Maikon?'. Porque nós estamos dialogando, nós estamos fazendo democracia.

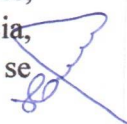


Se nós fazemos democracia, não é feito apenas de uma forma unilateral, é uma de forma harmônica, com diálogo e conversa. E tenho certeza que dali sairá o melhor. A partir de 1988, todos sabem, quem pode acompanhar mais pelos textos literários, viu-se que as religiões de matrizes africanas começaram a ter um maior respaldo e respeito pelo estado brasileiro. Na ditadura militar, quem não assistiu ao filme 'Ainda estou aqui'? Quem não assistiu, assista, porque ali é um conto de cultura, de democracia e do que foi o regime militar na década de 1970 até antes da nossa redemocratização, em 1988. O que aconteceu em 1970, mãe Adriana, foi o que aconteceu em 1.500, onde pais de famílias, minha colega Brenna, eram tirados de suas casas, e vinham ser escravizados aqui no Brasil, nos novos continentes. Nada mais é, mãe Adriana, do que quinhentos anos atrás, e acontece ainda hoje, a exploração infantil, a prostituição de crianças e adolescentes, mulheres, minha amiga Samara, que são assassinadas, que os homens, os parceiros, pensam que são donos dela. Vi um caso recente, vi até que a nobre colega compartilhou nas suas redes sociais, muitas pessoas justificando o erro de um rapaz que foi acusado aqui de uma tentativa de feminicídio. Sei que terá grandes desafios pela frente, mas sei que a senhora é competente para sanar todos eles. Então minhas palavras são poucas, mas, primeiro, de respeito com as religiões de matrizes africanas, respeito com diversidades de gêneros e de ideologia. E tenham certeza que a pessoa de Maikon Minervino, e a Câmara Municipal de Patos estará sempre de portas abertas para receber vocês, para que possamos dialogar, para que nós possamos entender e falar por vocês que, às vezes, as vozes são caladas. Então, quando nós calamos nossas vozes, temos que recorrer para quem? Para o nosso vereador, para as nossas redes sociais, porque muitas vezes, pai Erinaldo, quem é do Candomblé, quem é da Jurema, é esquecido não apenas pelos entes públicos, mas, muitas vezes, pela própria sociedade, arcaica, anarquista, hierarquia, por quê? Vocês já viram algum Candomblé aqui no centro da cidade de Patos? Por que não tem? Vocês não sabem, não é? Porque os vizinhos vão dizer: 'lugar de Candomblé', com todo respeito, 'é lá no Beiral, é lá no Sapateiros, é lá no Mutirão, é lá Cruz da Menina, no Cangote do Urubu'. Por quê? Porque o rico, o rico que eu falo não é o financeiro, porque, às vezes, você não tem nada, mas você tem o espírito de rico. O rico que eu falo é de cultura, é aquela pessoa que não quer entender o que é o Candomblé, se começar a tocar um tambor, ligam para polícia militar: 'aqui na frente de minha casa estão tocando tambor, e eu não quero não. Aqui é um bairro assim, assim e assim'. Porque é um bairro, às vezes, Miriam, de uma sociedade mais capitalista. Isso que o Código Penal, que a lei extravagante, e parabeno aqui o presidente Lula, por, em 2023, ter sancionado uma lei, mãe Adriana, de uma maior repressão a esses racistas que discriminam as religiões. Antigamente, você era condenado a uma pena pecuniária, a uma transação penal, que para quem não sabe, são penas mínimas. E com a instituição dessa nova lei, a Lei 20.451/2023, que foi posta em prática, quem comete crime contra as religiões africanas tem uma pena inafiançável, é uma prisão em flagrante, com uma pena mínima de dois a cinco anos de detenção. Os casos de detenção, depois do covid-19, até meados de 2022, só cresciam, porque vivíamos um período de instabilidade política, um período de muito acirramento político, e a política reflete no Candomblé. Tenho colegas vereadores que poderiam estar aqui hoje, mas não estão. Não vou julgá-los, até porque cada um sabe das suas atribuições, mas eu vim aqui, e estou presente, e o que vocês precisarem de mim, na pessoa de advogado, de vereador e de líder do governo Nabor aqui na cidade de Patos, eu vou estar para ouvi-los, para dialogarmos e para que nós possamos levar não apenas aqui no Legislativo, mas que possamos levar para o Executivo, ideias, práticas e soluções. Não adianta, Tiago, você apenas pegar papeis, pegar leis, e fazer isso de todo jeito, creio que lei para ser eficaz, Samara, têm que passar



primeiramente pelo crivo social, o julgamento social. Do que adianta criar uma lei para o Candomblé, para as matrizes africanas se eu não entendo do tema. Quer criar uma lei, chama o pessoal da associação, chama mãe Adriana, chama pai Luizinho, chama Erinaldo, chama Tiago, chama outras pessoas, para que possam dialogar, para que possam por uma lei em prática e eficaz. Vi que nosso colega Vereador Ítalo falou que teve várias leis que foram votadas aqui, talvez não foram para a prática porque faltam um maior diálogo entre a sociedade, o Legislativo e o Executivo. Então, tudo são contra pontos, pontos de sim, de não e de diálogo, porque depois que essas leis são aprovadas, para modificar é um pouco mais difícil. Então, esses são os meus esclarecimentos, parabéns a todos vocês: mãe Adriana, Ana Célia, grande amiga que tenho, meu amigo Elton, minha amiga Perla, Samara, Jéssica, Sávio, Luizinho, nossa capitã, que está aqui presente, vocês que acompanham e, principalmente os funcionários desta Casa Legislativa, que puderam receber portas abertas, com tratos dignos de vocês merecem. Lugar de candomblé não é só na periferia, não, é no centro da cidade. Vi que dia vinte oito vai ter uma caminhada, e estarei presente com vocês, porque se tem diversidade cultural, político tem que estar presente. Eu não sou de centro, nem de direita e nem de esquerda, eu sou político do povo patoense, então contem comigo o que precisar, que eu estou à disposição. Parabéns para vocês, parabéns nossa presidente, parabéns nossa colega Brenna, pela propositura. Então esses são os meus esclarecimentos. Muito obrigado".

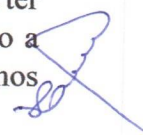
Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da tribuna **Dr. Felipe**, representando a OAB: "Primeiramente, boa noite a todos. Eu não posso iniciar a minha fala sem antes pedir a benção a meu Pai de santo Luizinho, aos meus irmãos, a mãe Gizele, a pai Nêgo e a todos os que estão presentes aqui. Essa noite é uma noite extremamente importante pra o povo de terreio, pro povo do Candomblé, da Umbanda e dá Quimbanda. Eu vou cumprimentar toda a mesa, primeiramente ao amigo, ao meu parceiro de escritório, Maikon, que conheço há mais de quinze anos, e o povo de Patos só tem a ganhar com Maikon vereador. A Vereadora Brenna, que mostrou um resultado quantitativo nas eleições e, com essa iniciativa, vem mostrando o qualitativo também. Ela não parou no quantitativo, foi no qualitativo, e o povo de terreio só tem a agradecer por sua iniciativa. À nossa presidente Tide, parabéns pela empatia de conduzir esse momento. Quando eu fiz mestrado em direitos humanos, eu tive a oportunidade de participar de projeto de pesquisa com uma vereadora do Recife, Lione Cirne, e por mais que ela tenha o diálogo com o presidente Lula, ela é vereadora, professora do mestrado de direitos humanos, ela sentia dificuldade de colocar temas como esse em pauta. É extremamente difícil você trabalhar com um tema tão complexo e que precisa de uma luta constante, uma luta diária. Vereador Ítalo, que eu tenho uma admiração gigantesca, a gente já compartilhou os corredores da faculdade, uma pessoa que me espelho muito, tem uma postura que, às vezes, eu olho e digo: não, eu tenho esse tipo de postura na minha vida, você é um espelho pra mim, meu irmão. Tiago Padilha é um menino muito jovem, que vem mostrando uma luta, uma força, com esse tema, mas não é fácil. Eu não estou aqui no papel de defender nenhum dos vereadores e nem tão pouco a secretária Jéssica, que a gente também já compartilhou os corredores da faculdade, é porque o tema política pública é extremamente delicado de se trabalhar. Por mais que exista uma boa vontade, por mais que existam diplomas normativos, a liberdade religiosa, a liberdade expressão, a liberdade de crença, é forte desde da nossa Constituição de 88, que tivemos aí uma Constituição cidadã, que veio logo após um período tenso, um período de tolha de direito. Então o diploma normativo existe, mas trabalhar com política pública é uma luta diária. A Ministra do STF, Carmem Lúcia, tem uma frase que eu gosto muito: 'Quem por direito não é senhor do seu dizer, não se



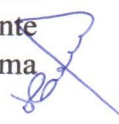
pode dizer senhor de nenhum direito. Isso quer dizer que a nossa liberdade de expressão, a nossa liberdade crença, a nossa liberdade de culto, existe, mas ela precisa ter uma luta perene, uma luta constante; a luta é diária. Prova disso é que a liberdade de expressão, de crença, de culto, existe e no ano passado o povo de terreio quase foi impedido, por uma ex-secretária do município de Patos, de expressar a sua fé e no momento chamado: 'Exu não é diabo, exu não é demônio'. Esse evento existe em várias cidades. Se não fosse o Prefeito Nabor Wanderley, Sávio, que colocou a mão pra que esse evento acontecesse, o povo de terreio teria sido silenciado. E tinha na época diploma normativo, tem a Constituição, tem a Lei infraconstitucional, que garante a liberdade de culto. E por ato de agente público, que tentou impedir, o evento foi totalmente feito por que a luta é diária, a luta é constante. Eu sempre falo que, independente de advogado, promotor, juiz, nós somos operadores do direito, o direito precisa ser operado. Eu falei em relação ao Tiago Padilha, que, por mais que barulho dele, a inquietação dele seja necessária, quando a gente fala de política pública, precisa ter gestão participativa, identificar o problema, analisar os diplomas normativos, tanto federal, estadual e municipal, mas, acima de tudo, olhar o operacional. Não estamos aqui pra culpar secretária A, a Casa Legislativa, que vem fazendo trabalho que reafirma. Eu tive contato com a Câmara do Recife, porque tive uma professora vereadora, e eu digo, em nada a cidade de Patos fica abaixo da Câmara de lá nenhum momento, mas tem que existir fiscalização, a viabilidade e tem que ter gestão participativa. Não adianta a gente entregar um ofício, não adianta a gente entrega um projeto, se a gente não cobra discutir e mostrar até que ponto a gente pode contribuir nesse projeto. Mas reafirmo, Tiago Padilha vem fazendo um barulho, um barulho necessário, um barulho constante, mas eu não posso finalizar a minha falar sem dizer que essa luta é constante, perene e é uma luta de todos. Boa noite a todos".

Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra o **Vereador Maikon Minervino**: "Senhora Presidente, só finalizar a minha fala, se Vossa Excelência assim permitir, gostaria de falar aqui também de Mãe Sena, que esqueci de falar sobre dela na minha fala, falar de nosso amigo Baby, nosso amigo Erinaldo, nosso amigo Cosme, lá dos sapateiros, e Damião do Bairro do Salgadinho, que também são pessoas do candomblé, a quem eu conheço e tenho grande amizade. E principalmente o meu amigo Baby, que foi umas das primeiras pessoas que me falou sobre a religião, que me mostrou o caminho, e é um amigo que eu tenho, é um amigo que, sempre que está aqui em Patos, vai para minha casa, que senta na minha mesa, que janta comigo, que tem um apreço grande por mim e toda minha família. Esse rapazinho, que está aí junto com você, também já foi também na minha casa, grande amigo, um rapaz que tem um futuro promissor na religião. Então, parabéns, mais uma vez, para todos vocês".

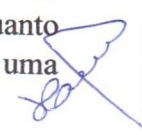
Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da tribuna **Pai Luizinho**: "Boa noite, minha gente. Eu me chamo Luiz Joiá, sou da zona sul, represento o terreiro de matriz africana e ere axé o mote orum, e também juremeiro. Tenho trinta e cinco anos de sacerdócio. Já foram ditas tantas coisas aqui, que ficaram poucas coisas pra dizer. Mas eu me lembrei de uma coisa, de uma intolerância que eu tive aqui nesta casa, há catorze anos, eu acho, que teve um encontro ecumênico aqui, e eu muito amigo doutor Maurício Alves, meu amigo, meu irmão, e Maurício ligou pra mim: 'venha embora pra Câmara agora, que está havendo um encontro ecumênico, só tem evangélico e católico'. Mas, Maurício, eu não fui convidado. 'Quem está lhe convidando sou eu, e venha bem vestido'. Eu vi todo aparamentado aqui pra Câmara. Menina, eu vou dizer uma coisa, Brenna do céu, os vereadores tudo ficam possessos com Maurício, porque não era pra ter me chamado. Então eu digo que hoje a casa, o espaço aqui, está crescendo. Quando a Presidente perguntou o que significava pai e mãe de Santo, somos psicólogos, somos



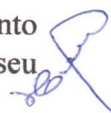
doutores, somos padrinhos, somos pais, nossas casas de religião de matriz africana são abertas vinte e quatro horas para os nossos adeptos. Já morou muita gente, que estava no meio da rua, dentro do meu candomblé, porque o candomblé é uma casa de apoio, não só de oração. Então a casa que acolhe aquelas pessoas que estão em vulnerabilidade, pessoas que estão na rua, com fome, na mesa dos orixás da gente, comem dez, vinte, trinta, quarenta, porque a gente vai dividido. Então o que digo a vocês é isso, que estou muito feliz vendo está casa sendo aberta pra gente de religião de matriz africana e juremeiros. Isso é muito importante, o poder público olhar a gente com novos olhos, porque a gente era ditado como pessoas satânicas, pessoas que cultuava demônios. E eu não sacrifico animal, eu é imolo o animal pra orixá, ali a gente faz uma reza, ali a gente bota laços, dependendo se orixá fêmea, é um presente que a gente dá ao órum, que é os céus. Então, o que eu digo a vocês é o seguinte: a nossa religião tem trezentos e cinquenta ou quatrocentos anos antes de cristo, então na nossa religião não cultuamos demônios e nem satanás, a gente cultua o bem, a natureza, que é malvada também. A natureza é malvada, por quê? Porque quando ela é agredida, ela agride também. Vocês já viram tsunamis por aí, matas pegando fogo, porque caiu um raio. Quer dizer, a natureza ela é mal, quando ela é agredida. Então todo ser humano tem sua maldade, toda ação tem sua reação, não é isso? Então se o animal é acuado, o animal selvagem, qual é a dele? Então eu digo a vocês o seguinte: vamos à luta, aqui o poder público está abrindo as portas pra gente, felizmente. E outra coisa também que vou participar a vocês, eu estou muito feliz, a primeira cidade é a cidade do Rio de Janeiro, que está colocando o SUS diante da religiosidade de matriz africana. A cidade do Rio de Janeiro se tornou a primeira do Brasil a reconhecer oficialmente os praticantes ancestrais de matriz africana como parte da promoção da saúde complementar dos SUS. A medida pública foi publicada no diário oficial nesta quarta-feira, dia dezenove. Isso é uma dádiva, isso é maravilhoso. Zeca Pagodinho já dizia, que no tempo dele o médico dele era pai de santo, porque hoje o SUS está muito bom, mas há vinte, trinta, quarenta anos, só quem ia para médico que tinha dinheiro. Então a gente se tonava médicos. Então, eu digo a vocês: vamos nos unir, minha gente. Eu vou orar uma oração, que é de oxalá. Nego, eu queria que você pegasse o tambor pra cantar a nossa oração da paz, harmonia, porque oxalá é paz, harmonia. Após a oração, o Orador disse: ‘Outra coisa, você está de parabéns, meu amor, porque diante desse período da minha vida, o único vereador que tentou abrir as portas para o candomblé foi Maurício, mas não conseguiu. Eu não votei em você, eu sou uma pessoa que eu sou muito justo e sou direto, ou é ou não é, mas eu estou vendo que você está fazendo a história acontecer diante de matriz africana e diante dos juremeiros. A Presidenta também porque está aqui, ouvindo as nossas súplicas, e Ítalo também, que é uma pessoa maravilhosa, conheço-o de longas caminhadas, já foi amigo do meu filho de santo, o saudoso Joselito. Então, o que digo a vocês é o seguinte, vamos pra frente’. Com a palavra, a **Vereadora Brenna Nóbrega** disse: “Há mais ou menos um ano a gente se encontrava naquela praça do CEPA, na primeira vez que eu tive contato, que é uma apresentação, não sei se o termo é esse, apresentação, mas eu disse naquele dia, que você estava lá, que foi no dia que você comunicou ao povo de terreiro que era pré-candidato a vereador. E eu disse: pai Luiz, ninguém melhor do que você, que sabe as dores e as angústias. A gente tenta imaginar, mas só quem sabe Mãe Adriana, são vocês. E eu disse a ele: conte comigo na luta, se você for perseverar e a gente ganhar, nós vamos, lá na Câmara, trabalhar juntos. E hoje nós estamos aqui. Aqui é uma prestação de contas e também o que eu fiz, e como eu disse, eu passei fazendo visita e conversei, e eu dizia: conte comigo. E quando eu digo: conte comigo, é conte comigo de verdade, embora tenha sido votada ou não, porque eu sou uma



vereadora de todos e todas. Então, pra mim, é motivo de muita felicidade está aqui, logo nos primeiros dias de meu mandato, cumprindo com que eu disse. Eu tenho uma satisfação imensa dentro do meu coração, e quero agradecer aqui ao meu migo e colega Vereador Ítalo, a nossa presidente Tide, que quando eu recebi o chamado novamente de Tiago, eu sentei com Tide e com Ítalo e pedi ajuda. Então, pra tudo isso acontecer teve a nossa articulação, com a ajuda do nosso líder de governo, Maikon. Então, eu estou imensamente feliz por ter vocês aqui comigo. Eu nunca vou esquecer desse gesto e por vocês também estarem comigo nessa luta. Não é fácil, gente, eu já postei até um post, há pouco com Tiago e, quando eu abro, tem pessoas botando carinhas, como na primeira vez na eleição, que fui lá pra Tiago, na eleição da CECAB, que eu fui participar. O meu diretor, lá do hospital, Francisco Guedes, é evangélico, e ele me contou que chegou pessoa pra ele e disse: 'olhe, você defende tanto ela, e ela estava lá com o pessoal e contou essa história, e o amigo de Tiago também. E a gente conversando e fazendo uma crítica, como as pessoas tem uma mente arcaica, porque, Josá, eu sou católica, mas não é porque eu sou católica que eu não possa estar aqui, lutando com vocês, porque todos têm que ter lugar na sociedade. Então, pra mim, hoje é um dia muito feliz, em que eu encontro esta Câmara tão plural em sua face, mas tão singular quanto ao objetivo que nos uni. Então, o meu muito obrigado a todos e a todas vocês por essa noite de hoje". Com a palavra, **Pai Luizinho** disse: "O meu agradecimento a presidente, a Ítalo, a Brenna, a doutor Maikon. É só gratidão a vocês. o que precisar de mim, eu me encontro na zona sul, a capitã também, que vem representar o poder da segurança. É gratificante a gente ver isso, a Thiago Padilha, da CECAP, que está unindo forças, diante do poder jurídico e do poder de leis, pra nos elevar cada vez mais. Então, que Deus do sagrado abençoe vocês. Outra coisa também, nós juremeiros não temos nada a haver com o candomblé, a jurema já é culto ancestral nosso, a gente cultua o mestre dos mestres dentro da jurema. O que é o mestre dos mestres? O nosso senhor Jesus Cristo. Inclusive, teve uma grande festa, lá em casa, para São José, dia dezanove, e que teve mais de trezentas pessoas comendo e festejando o dia de São José. E só gratidão, gente". O **Vereador Maikon Minervino** disse: "Eu vou lhe fazer uma cobrança pública, já que estamos numa sessão pública, convide os nobres vereadores para almoçar na sua casa, conhecer, debater. Concorde comigo, Erinaldo? Vamos organizar um almoço, depois, quebrar esse clima, esse gelo, vamos estreitar os laços, Luizinho, e me convide. Eu vou cobrar esse almoço". Pai Luizinho disse: "Estão todos convidados. Pois um cheiro, um abraço pra vocês, e gratidão. Eu vou ter que me retirar porque eu vou pra uma festa, que está acontecendo, de um grande amigo meu, de jurema, e eu acho que já está perto de terminar". Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da tribuna a Secretária da Mulher e da Diversidade Humana, a **senhora Jéssica**: "Boa noite a todas e todos. Eu prometo que serei breve, estou vendo aqui que está todo mundo se preparando pra ir pra festa, pai Luizinho, mas eu vou ser muito breve nas palavras, até porque também estava aqui compartilhando do frio, com os colegas, na frente, estava todo mundo se tremendo. Mas eu gostaria aqui de realmente iniciar cumprimentando a Vereadora Tide, presidente da nossa Casa, Vereadora Brenna, Vereador Maikon Minervino, Vereador Ítalo, cumprimentar nosso colega Secretário, Sávio, e a todos vocês que aqui se fazem presentes, meu muito boa noite. E eu queria ouvir o boa noite de vocês, porque hoje o momento é pra vocês. Então, boa noite. Como eu falava inicialmente, e prometo que serei breve, até em razão do adiantado da hora e, na verdade, esse momento é pra ratificar o nosso compromisso, enquanto Secretaria da Mulher e Diversidade Humana, ratificar o nosso compromisso, enquanto gestão municipal, em nome do Prefeito Nabor Wanderley, que é muito sensível, tem uma

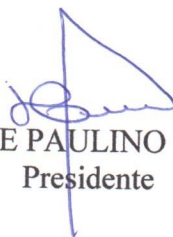


sensibilidade de extrema importância de enxergar, e o olhar dele voltado pra toda adversidade. Então, nós não podemos negar, e eu digo isso, enquanto secretária, mas por trabalhar de perto. E Perla, quando você mencionava aqui que de fato a pasta de diversidade humana existe um certo defeito, ela não engloba de fato toda a diversidade. E o Projeto de Lei foi promulgado um pouco antes da minha chegada, e quando cheguei, enquanto advogada também sou, doutor Ítalo e os meus cumprimentos, inclusive ao advogado Felipe, Vereador Ítalo, que ele mencionava e já dividíamos os corredores da faculdade, e me recordo que fui monitora de direito constitucional de Felipe, de Ítalo, e eu fico muito feliz de encontrar vocês aqui hoje, colegas, um jovem advogado, um jovem vereador. Ítalo foi muito feliz em suas palavras, quando também dizia que, na verdade, muitas vezes o que falta é um diálogo, porque o Poder Executivo, o Legislativo está sempre de portas abertas para quem dele precisar. A nossa Constituição também prever o trabalho harmônico entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, presidente Tide, e quem bate à porta do Poder Executivo, quem bate à porta do Legislativo, essas portas estão abertas. Às vezes nós não conseguirmos talvez dar uma resposta de imediato, como nós queríamos, Elton. A gente tem muita vontade, claro que sim, mas não é fácil. Mas nós podemos dizer que nós temos a boa vontade, que nós estamos à disposição. E aqui fica o convite também pra o nosso colega secretário Sávio, pra que a gente possa se reunir e trabalhar efetivamente pra montar a comissão, pra montar todos os direitos e os pedidos que aqui reivindicaram. Mas realmente, de fato, estamos à disposição, como sempre falo, e acredito que aqui o secretário Sávio deve se recordar que na primeira reunião de secretariado do Prefeito Nabor, ele foi curto e incisivo ao dizer: ‘nós não temos espaço para errar, nós temos que atender a população, nós temos que levar cada vez mais a gestão pra perto da população’. E nós estamos aqui pra servir, mas não somente para servir, mas para servir bem. Então estou aqui hoje, nesse momento, para ratificar o nosso compromisso e, mais uma vez, dizer que nós, enquanto Poder Executivo, enquanto gestor, e em nome do Prefeito Nabor Wanderley, estamos à disposição pra ouvir vocês, a Secretaria da Mulher e Diversidade Humana está à disposição para ouvi-los, para atendê-los e poder resolver os anseios da melhor forma possível, dentro das possibilidades que nós temos hoje, enquanto nós não podemos fazer melhor ainda. Então essa é a minha mensagem, esse é o meu agradecimento pela oportunidade e o meu muito obrigada”. Em aparte, o **Secretário Sávio** disse: “Fazendo um aparte à sua fala, Jéssica, que é oportuna, eu tenho um recado aqui do Prefeito Nabor. E sobre a efetivação do comitê, ele pediu para que a gente adiantasse o processo, que a gente fizesse o mais breve possível, Thiago, já que é um dos pedidos que vocês fizeram e, que, graças a apresentação do Vereador Ítalo aqui, nesta noite, mandamos uma mensagem pra ele e também a secretária Helena, que está acostado na Secretaria de Desenvolvimento Social, dentro da lei, mas já que nós temos a Secretaria de Diversidade Humana, nós vamos efetivar, o mais rápido possível, chamar uma reunião em conjunto, pra que a gente possa fazer com que o comitê saia do papel e comece a funcionar o mais rápido possível. O Prefeito Nabor, atento ao que está sendo discutido aqui agora. E ao mesmo tempo, Secretária, presidente Tide e todos os vereadores aqui presentes, também isso para o Prefeito Nabor, e ele determinou que a gente chamasse, em conjunto, a conferência das cidades, aonde a gente possa discutir a cidade como um todo, e o próximo orçamento participativo. Então, serão momentos onde nós, que estamos aqui nesse debate e nessa construção de políticas e diversidades religiosas, a gente possa estar construindo também o desenho da cidade que nós temos hoje e a queremos no futuro. Então é a determinação do Prefeito Nabor, e o mapeamento dos terreiros, a nossa secretária vai construir isso com a gente”. De volta ao seu



pronunciamento, a **secretária Jéssica** disse: “Secretário Sávio, em relação ao mapeamento dos povos de terreiros, só pra compartilhar, se não é de ciência de Vossas Excelências que aqui se fazem presentes, nós já disponibilizamos o mapeamento de povos de terreiros, está disponível no site da Prefeitura Municipal, onde tem uma aba específica em que vocês podem clicar nesse link e se inscrever, para que a gente possa saber quais são os terreiros que existe, onde existem e quantos existem, para que a gente possa de fato e efetivamente chegar até vocês. Então não deixem de ir lá no site da Prefeitura e se inscrever, porque vocês passam a existir de fato e de direito. Muito obrigada”. A Senhora Presidente disse: “Quero a presença de cada um que veio nesta Casa, quero dizer que foi uma das audiências que eu mais gostei de participar, foi uma noite realmente de conhecimento, de aprendizagem. Quero dizer a todos vocês que esta Casa está de portas abertas pra recebê-los e que os Projetos, a semana passada foi votado o dia do juremeiro, aqui, de autoria da nossa Vereadora Brenna. Quero dizer a todos vocês que se sintam acolhidos, e que realmente hoje esta Casa tem um novo olhar pra todos os povos de matriz africana, com as nossas redes sociais, que transmitiram ao vivo, e também fica nos arquivos desta Casa, como a primeira audiência pública de matriz africana”. Não havendo nada mais a tratar, agradecendo a presença de todos, a Senhora Presidente deu por encerrada a presente Audiência Pública, às vinte e três horas e vinte e um minutos.

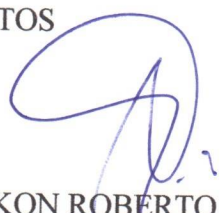
SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS/PB (CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA). EM, 26 DE MARÇO DE 2025.



VALTIDE PAULINO SANTOS
Presidente



JOSÉ ÍTALO GOMES CÂNDIDO
1º Secretário “Ad hoc”



MAIKON ROBERTO MINERVINO
2º Secretário “Ad hoc”